

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS

**A GESTÃO DA PROPRIEDADE RURAL: UM ESTUDO DE CASO A
PARTIR DA REALIDADE DO ASSENTAMENTO LAGOA GRANDE,
EM DOURADOS – MATO GROSSO DO SUL**

MANFREDO RODE

DOURADOS-MS

2014

MANFREDO RODE

**A GESTÃO DA PROPRIEDADE RURAL: UM ESTUDO DE CASO A
PARTIR DA REALIDADE DO ASSENTAMENTO LAGOA GRANDE,
EM DOURADOS – MATO GROSSO DO SUL**

Dissertação apresentada à Faculdade de Administração,
Ciências Contábeis e Economia, da Universidade
Federal da Grande Dourados – Programa de Pós-
Graduação *stricto sensu* em Agronegócios para
obtenção do Título de Mestre em Agronegócios.

Orientadora: Prof^a Dr^a Madalena Maria Schindwein.

DOURADOS-MS

Agosto de 2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

R687g	<p>Rode, Manfredo.</p> <p>A gestão da propriedade rural: um estudo de caso a partir da realidade do assentamento Lagoa Grande, em Dourados – Mato grosso do Sul. / Manfredo Rode. – Dourados, MS : UFGD, 2014.</p> <p>79f.</p> <p>Orientadora: Profa. Dra. Madalena Maria Schindwein. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Universidade Federal da Grande Dourados.</p> <p>1. Agricultura familiar. 2. Desenvolvimento rural. 3. Perfil Socioeconômico. I. Título.</p> <p>CDD – 301.35</p>
-------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS**

MANFREDO RODE

**A GESTÃO DA PROPRIEDADE RURAL: UM ESTUDO DE CASO A
PARTIR DA REALIDADE DO ASSENTAMENTO LAGOA GRANDE,
EM DOURADOS – MATO GROSSO DO SUL**

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Madalena Maria Schlindwein – UFGD

Prof. Dr. Milton Parron Padovan – EMBRAPA/CPAO

Prof. Dr. Moacir Piffer – UNIOESTE

Agosto de 2014

A GESTÃO DA PROPRIEDADE RURAL: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DA REALIDADE DO ASSENTAMENTO LAGOA GRANDE, EM DOURADOS – MATO GROSSO DO SUL

Esta dissertação foi julgada e aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Agronegócios, com área de concentração em Agronegócios e Desenvolvimento, no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Grande Dourados.

Dourados (MS), 29 Agosto de 2014.

Prof^a Dra. Erlaine Binotto
Coordenadora do Programa

Banca examinadora

Prof^a Dra Madalena Maria Schlindwein
Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD

Prof. Dr. Milton Parron Padovan
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária –
Centro de pesquisa Agropecuária Oeste – EMBRAPA/CPAO

Prof. Dr. Moacir Piffer
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por todo novo dia, pela possibilidade do discernimento, pela possibilidade de repensar atitudes, pela possibilidade de construir... PELA VIDA.

A construção deste trabalho teve a participação e colaboração de várias pessoas e instituições; agradeço a todos que, de uma ou de outra forma, quer conscientemente ou inconscientemente, colocaram ou colaboraram com ideias, atitudes e posturas positivas na sedimentação deste trabalho.

Um agradecimento especial à Professora Madalena, que aceitou o desafio de orientar-me na pesquisa, com dedicação, persistência, carinho e profissionalismo, e me incentivou em todos os momentos.

A todos os professores do PPG Agronegócios, pela convivência e contribuição com as discussões e o crescimento profissional; à Prof^a Erlaine, coordenadora do Programa; Prof. Milton, Prof^a Luciana, Prof. Guilherme e Ludimylle, secretária do Curso.

Aos professores da FACE; ao Prof. Caio, que, em diversos momentos, contribuiu nas discussões.

Aos colegas de curso, Cristiano, Francisca, Heloisa, Ismael, Juliana, Kátia, Leandro, Márcio, Robson, Tathiane, Valdir e Wesley pelo companheirismo, pelos muitos momentos de trabalho, de discussão e carinho... VALEU!!.

Um especial agradecimento à Adriana, que realmente foi uma parceira, pelo seu espírito colaborativo, pela disposição em compartilhar informações e discussões.

Uma gratidão especial às famílias dos produtores do assentamento que nos receberam e possibilitaram a realização da pesquisa.

MUITO GRATO A TODOS!!!

"Estar atento significa estar disponível ao espanto. Sem espanto não há ciência, não há criação artística. O espanto é um momento do processo de pesquisa, de busca. Essa postura de abertura ao espanto é uma exigência fundamental ao educador e à educadora. [...] O espanto não é o medo que ele tem nem é coisa de ignorante. O espanto revela a busca do saber."

Paulo Freire

RESUMO

Considerando a complexidade e a dinâmica dos empreendimentos da agricultura familiar, este estudo surgiu com intuito de averiguar de que forma a gestão nestas propriedades rurais é realizada e quais os instrumentos utilizados para tal. O Objetivo Central deste estudo é analisar o assentamento Lagoa Grande no que se refere à utilização de instrumentos de gestão nas propriedades rurais; especificamente, caracterizar os aspectos socioeconômicos e demográficos do assentamento Lagoa Grande; verificar a existência de instrumentos de coleta, sistematização e utilização de informações econômico-financeiras na gestão das propriedades rurais; analisar as formas de acesso às políticas públicas de fomento à agricultura familiar pelos assentados e seus impactos na gestão das propriedades. O objeto de estudo, e denominado assentamento rural Lagoa Grande, está localizado no município de Dourados MS. Criado em 6 de novembro de 1997, via desapropriação de área, compreende uma área total de 4.070,7670 ha, dividida em 151 lotes com tamanho médio de 25 ha, situada às margens da rodovia MS270, Dourados-Itahum, no município de Dourados, MS. O estudo caracteriza-se como pesquisa de campo, com a utilização tanto de dados primários quanto de revisão bibliográfica e documental, com uma abordagem mista, contemplando aspectos relacionados à pesquisa quantitativa e qualitativa. O estudo é direcionado ao assentamento sob forma de censo, com um universo de 151 lotes; destes, foram computadas 89 propriedades, correspondendo a 58,9% dos lotes, em que foram aplicados questionários estruturados com questões fechadas e abertas aos que se apresentaram como chefes ou responsáveis pelos lotes. A tabulação dos dados coletados, resultantes da aplicação dos questionários, foi sistematizada com a utilização do programa estatístico SPSS (Statistical Package for Social Sciences), analisada de forma descritiva e apresentada na forma de tabelas e figuras, também analisadas. Dentre os principais resultados apresentados, em relação ao gênero dos chefes ou responsáveis, 58,4% são do sexo masculino e 41,6% do sexo feminino; sendo 66,3% com educação formal até educação infantil completo (1ª a 5ª série), 46% dos respondentes estão entre os 45 e 74 anos; 67,4% dos lotes foram adquiridos do INCRA e 32,5% de terceiros; em relação ao grupo familiar, 50,3% são do sexo feminino e 49,7% de sexo masculino; o assentamento possui em média 3,43 pessoas residentes por lote. A carroça é o item em termos de máquinas e equipamentos presente em 44,1% das propriedades; a atividade leiteira é a principal atividade desenvolvida no assentamento e está presente em 65,2% das propriedades. Percebe-se nas propriedades, um baixo nível de geração de renda, a gestão é efetuada no curtíssimo prazo, sendo que a maioria não adota qualquer procedimento de anotações relacionado a produtividade, fluxo de recursos, receitas, despesas, investimentos necessários, tanto no aspecto individual, quanto na busca de sinergia no conjunto das propriedades ou assentamentos com proximidade geográfica. Os programas oficiais voltados para a agricultura familiar como o PRONAF em suas diversas modalidades, entre eles do PAA e o PNAE praticamente não são utilizados.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Desenvolvimento rural. Perfil socioeconômico. Assentamentos rurais.

ABSTRACT

Considering the complexity and the dynamics of family farming enterprises, this study came up with the aim of investigating how the management of these farms is performed and what the instruments used for this. The central aim of this study is to analyze the Lagoa Grande settlement with regard to the use of management tools in rural properties; specifically characterize the socioeconomic and demographic aspects of the Lagoa Grande settlement; check for collection instruments, and systematic use of economic and financial information in the management of rural properties; examine ways of access to public policies that promote family farming by settlers and their impact on management of the properties. The object of study, and rural settlement called Lagoa Grande, is located in the city of Dourados, MS. Created on November 6, 1997, via expropriation area comprises a total area of 4070.7670 ha, divided into 151 lots with an average size of 25 ha, situated on the banks of the MS270, Dourados-Itahum highway in the municipality of Dourados, MS. The study is characterized as field research, using both primary data and bibliographic and documentary review, with a mixed approach, covering aspects related to quantitative and qualitative research. The study is directed to the settlement in the form of census, with a population of 151 lots; of these, 89 properties were computed, corresponding to 58.9% of the lots in which structured questionnaires with closed and open questions were applied to that presented themselves as leaders or the plot owners. The tabulation of collected data derived from the questionnaires was systematically using the statistical program SPSS (Statistical Package for Social Sciences), analyzed descriptively and presented in tables and figures also analyzed. Among the main results presented in relation to the gender of the heads or guardians, 58.4% are male and 41.6% female; being 66.3% with formal education to complete early childhood education (1st-5th grade), 46% of respondents are between 45 and 74 years; 67.4% of the lots were purchased by INCRA and 32.5% of third parties; in relation to the family group, 50.3% are female and 49.7% male; the settlement has averaged 3.43 residents per batch. The wagon is the item in terms of machinery and equipment present in 44.1% of the properties; dairy farming is the main activity of the settlement and is present in 65.2% of the properties. It is noticed in the properties, a low level of income generation, management is done in the very short term, and the majority does not adopt any procedure notes related to productivity, resource flow, revenues, expenses, investment required, both in the aspect individual, as in the search for synergy in the set of properties or settlements with geographical proximity. The official programs for family farms as PRONAF in its various forms, including the PAA and PNAE are barely used.

Keywords: Family agriculture. Rural development. Socioeconomic profile. Rural settlements.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Composição da faixa etária dos chefes ou responsáveis pelo lote.....	39
Tabela 2 – Nível de escolaridade dos chefes ou responsáveis pelo lote	39
Tabela 3 – Faixa etária e escolaridade dos chefes ou responsáveis pelo lote	40
Tabela 4 – Composição da origem dos lotes do Assentamento Lagoa Grande	41
Tabela 5 – Origem dos assentados moradores do assentamento Lagoa Grande por Unidade da Federação	43
Tabela 6 – Principal ocupação no meio rural anterior ao assentamento	44
Tabela 7 – População residente no assentamento Lagoa Grande – membros familiares	44
Tabela 8 – Faixa etária da população pesquisada e residente no assentamento Lagoa Grande	45
Tabela 9 – Quantidade de máquinas e equipamentos utilizados nas propriedades.....	47
Tabela 10 – Tipos de máquinas e equipamentos utilizados nas propriedades do Assentamento Lagoa Grande	48
Tabela 11 – Escolaridade dos respondentes responsáveis pelos lotes que apresentam como principal atividade o gado leiteiro	49
Tabela 12 – Máquinas e equipamentos utilizados nas propriedades do Assentamento Lagoa Grande – atividade leiteira	49
Tabela 13 – Tempo de participação na Associação dos Moradores do Assentamento Lagoa Grande	50
Tabela 14 – Escolaridade dos participantes da Associação dos Moradores do Assentamento Lagoa Grande	51
Tabela 15 – Planejamento das atividades desenvolvidas na propriedade e participação em cursos de capacitação	53
Tabela 16 – Recebimento de assistência técnica nas propriedades do assentamento Lagoa Grande	54
Tabela 17 – Periodicidade em que a assistência técnica é prestada	55
Tabela 18 – Controle das Receitas e Despesas – nas propriedades do Assentamento Lagoa Grande	57
Tabela 19 – Tipos de serviços de profissionais de Contabilidade utilizados nas propriedades do Assentamento Lagoa Grande	57

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Assentamento Lagoa Grande, Dourados, MS	34
Figura 2 – Forma de aquisição dos lotes – INCRA ou de terceiros	42
Figura 3 – Principais atividades (culturas/criações) desenvolvidas nos lotes do Assentamento Lagoa Grande	46
Figura 4 – Participação em cursos de capacitação nos últimos 12 meses, por parte dos moradores do Assentamento Lagoa Grande.....	54

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Projetos de reforma agrária conforme fases de implantação no estado de Mato Grosso do Sul, com atos de criação no ano de 1997	37
Quadro 2 – Observações prestadas por quem diz não executar as instruções como são repassadas pela assistência técnica.....	56
Quadro 3 – Observações prestadas por quem não participa de programas voltados para a agricultura familiar	59
Quadro 4 – Financiamentos das atividades na propriedade.....	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGRAER	Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
ASBRAER	Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural
ATER.....	Assistência Técnica e Extensão Rural
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FACE.....	Faculdade de Administração, ciências Contábeis e Economia /UFGD
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
IBGE.....	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA.....	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA.....	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MST.....	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
P.A.....	Projeto de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PIB.....	Produto Interno Bruto
PNAE.....	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNRA.....	Plano Nacional de Reforma Agrária
PRONAF.....	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RA	Reforma Agrária
RAM.....	Reforma Agrária de Mercado
SEBRAE.....	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 O Problema e sua importância	16
1.2 Objetivos.....	18
1.3 Estrutura do trabalho	19
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	20
2.1 Agricultura familiar.....	20
2.2 Gestão e agricultura familiar	24
2.3 Políticas públicas direcionadas à agricultura familiar.....	27
3 METODOLOGIA.....	33
3.1 Área de estudo	33
3.2 Tipo de pesquisa	33
3.3 Coleta de dados	33
3.4 Análise dos dados	35
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	36
4.1 Caracterização sociodemográfica do Assentamento Lagoa Grande	37
4.2 A gestão como fator impulsionador de desenvolvimento	50
4.2.1 Associativismo – participação em associações	50
4.2.2 Planejamento das atividades desenvolvidas na propriedade.....	52
4.2.3 Recebimento de algum tipo de assistência técnica nas propriedades	54
4.3 Programas disponibilizados integrantes de políticas públicas.....	58
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	64
APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO	70

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar tem sua importância evidenciada no contexto nacional pelo censo agropecuário 2006, em que foram identificados 4.367.902 estabelecimentos considerados de agricultura familiar, com uma área média de 18,37 ha. Eles respondem por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% de milho, 38% de café, 34% de arroz e 21% de trigo. Em relação à pecuária, a agricultura familiar responde por 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves e 30% de bovinos produzidos no Brasil (IBGE, 2011a).

A Lei nº 11.326/2006 estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e considera como empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, que utilize predominantemente a mão de obra própria da família nas atividades econômicas de seu estabelecimento, sendo a renda predominantemente originada dessas atividades. Além disso, deve dirigir seu estabelecimento ou empreendimento com sua família e deter uma área de até quatro módulos fiscais (BRASIL, 2006). O tamanho do módulo fiscal é estabelecido por município, pelo Decreto 84.685 de 6 de maio de 1980, sendo fixado em 30 ha para Dourados, Mato Grosso do Sul,

Em relação às informações relacionadas à educação, obtidas pelo censo agropecuário 2006, na época verificava-se que, entre os mais de 11 milhões de pessoas envolvidas na agricultura familiar, 63% sabiam ler e escrever e 37% declararam-se analfabetas. Aproximadamente 3 milhões de agricultores familiares declararam alguma receita da venda dos produtos, perfazendo uma média anual de R\$ 13.600,00 (IBGE, 2006).

Ratificando a importância da agricultura familiar no Brasil, destacam-se os números referentes aos financiamentos direcionados ao setor. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (2010), no Brasil, no ano agrícola 2009/2010, o número de contratos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, em suas diversas modalidades, foi de 1.611.538, perfazendo um valor de R\$ 11,9 bilhões; para o Centro-Oeste, verificam-se 49.736 contratos, no valor de R\$ 850 milhões. Para a safra de 2008/2009, o número de contratos correspondia a 1.477.128, num total de R\$1,4 bilhões para o Brasil; no Centro-Oeste, foram 48.272 contratos, num total de R\$ 683 milhões, o que representa uma evolução considerável, tanto em número de contratos quanto em valores, no período analisado.

No Brasil, existem 1.258.205 famílias em assentamentos rurais, distribuídas da seguinte maneira: na região Norte, 515.355 famílias; na região Nordeste, 410.092; na região Sudeste, 59.289; na região Sul, 55.541 e na região Centro-Oeste, 217.928 famílias (INCRA, 2012a).

A região Centro-Oeste destaca-se com 217.928 famílias em assentamentos rurais, assim distribuídas: no estado de Mato Grosso, 129.033; em Mato Grosso do Sul, 43.264; em Goiás, 24.672 e no Distrito Federal, 20.959 famílias (INCRA, 2012a).

1.1 O Problema e sua importância

O processo produtivo nas propriedades rurais, com o avanço tecnológico, passou de uma situação em que todo o processo de produção era realizado dentro das propriedades para uma segmentação que incorpora recursos de fora das propriedades, levando ao aumento de sua complexidade.

A incorporação das mudanças tecnológicas, aliada a um nível crescente de exigências por parte do consumidor final, principalmente relacionadas à qualidade do produto disponibilizado, e a um crescente aumento de competitividade, são componentes que não podem ser ignorados pelos gestores e agentes públicos responsáveis pela elaboração e aplicação de políticas públicas relacionadas ao setor.

Suprir de forma equânime as questões técnicas e comerciais, em sincronia com o ambiente em que se está inserido, é o escopo da gestão (administração) dos recursos. Isso compreende a utilização de recursos desde o tempo até o capital destinado à administração da atividade desenvolvida na propriedade rural.

Alternativas no sentido de se criar ou ampliar as possibilidades de se propor preços aos produtos passam pela alteração do sistema de produção, com a agregação de valor via diferenciação do produto final, passando pela especificidade organizacional e gerencial. (TOMAS et al. (2012); BATALHA et al. (2004)).

Com a natural evolução do ser humano e suas crescentes necessidades, além de fatores como a evolução das estruturas organizacionais, o aumento do nível de competitividade, os novos processos produtivos, o aumento da complexidade das relações econômicas, elevou-se a importância da questão gerencial em todas as áreas. Com isso, o empreendedor rural vem sendo obrigado a alterar a forma de gerir sua propriedade, incorporando a necessidade de coletar, sistematizar, relacionar informações e buscar bases para orientar o processo decisório da pequena propriedade.

Qualquer empreendimento, para que tenha continuidade, precisa buscar sua sustentabilidade observando os aspectos econômicos, sociais e ambientais, necessitando um mínimo de informações para a elaboração de um planejamento de suas atividades ao longo do tempo. Nesse contexto, quando se trata de gestão do empreendimento rural, o desenvolvimento e a aplicação do raciocínio contábil, através da utilização de ferramentas básicas

disponibilizadas pela contabilidade, tornam-se elementos diferenciadores no processo de tomada de decisões.

Os assentamentos no estado de Mato Grosso do Sul vêm sendo estudados em seus diversos aspectos. Como exemplos, destacam-se os estudos de Lamas (2000), com a finalidade de analisar a realidade socioeconômica dos produtores do assentamento Indaiá, no município de Itaquirai, e de Moreira (2005), que analisa a dinâmica da agricultura familiar na fronteira Brasil-Paraguai, em estudo realizado no assentamento rural Dorcelina Folador.

Diversos estudos foram realizados no assentamento Lagoa Grande; Daniel et al.(2008) utilizaram imagens de satélite em alta resolução para identificar a utilização do solo, assim como as áreas de preservação permanente e áreas degradadas; Pereira et al. (2012) apresentaram o potencial da área do assentamento representado por um inventário etnobotânico. Foram amostradas 129 espécies pertencentes a 107 gêneros e distribuídas em 48 famílias, incluindo espécies vegetais em diversas categorias: medicinal, alimentar, lenha, construção, mourões, cercas, móveis e cabo de ferramentas.

Sangalli (2013), com uma análise da configuração socioeconômica e demográfica, no intuito de identificar fatores propulsores para o seu desenvolvimento, destaca que esta compreende uma população jovem e frequentando a escola; no entanto, há necessidade de apoio via políticas públicas para dar continuidade a essa educação, de modo que motive os jovens a permanecer no assentamento.

Considerando que o empreendimento familiar é gerenciado, dirigido pela família e a renda preponderantemente tenha origem na propriedade, fatores diretamente envolvidos na continuidade (sustentabilidade) do empreendimento familiar levam à necessidade da gestão de recursos, quer sejam próprios, ou não, neste caso disponibilizados por terceiros, que podem ser direta ou indiretamente viabilizados pelo estado através de agentes em suas diversas esferas: união, estado ou municípios.

Constata-se que os estudos realizados no assentamento Lagoa Grande perpassam por várias temáticas; no entanto, percebe-se a inexistência de estudos relacionados à gestão das propriedades, o que motivou a elaboração da presente pesquisa.

As pequenas propriedades rurais têm sua relevância econômica e social em virtude da população envolvida. A importância da agricultura familiar foi registrada no levantamento do IBGE (2011), pelo número de pessoas e aspectos econômicos relacionados, mas, principalmente, pelos aspectos referentes à “segurança alimentar”. Seu desenvolvimento e sua consequente sustentabilidade são considerados fator de equilíbrio social.

A continuidade da atividade de qualquer empreendimento passa pela gestão dos recursos disponíveis. Neste sentido, conhecendo-se o perfil do pequeno produtor rural, as informações utilizadas e a sua necessidade de informações para a gestão, têm-se as condições de se evidenciar a continuidade e o nível de sustentabilidade econômica da propriedade que caracteriza a relação íntima com o operário da terra e a gestão (administração) do empreendimento familiar.

Calado (1999, p. 10), em seu estudo relacionado à gestão de custos no agronegócio, conclui que a adoção de uma organização contábil somente ocorrerá “[...] quando os gestores dessas empresas compreenderem a importância da contabilidade de custos para seu desenvolvimento”.

A contabilidade, segundo a visão de diversos autores, como Marion (2009), Iudícibus (2006) e Yamamoto (2011), tem condições de influenciar decisões, de auxiliar na gestão dessas propriedades, de apresentar e propor mecanismos, como controles relacionados ao fluxo de entrada e saída de recursos, resultados das atividades da propriedade, necessidades e análise de recursos próprios ou de terceiros para investimentos. Desse modo, uma compreensão das necessidades de informação, a simplificação dos conceitos e a utilização de uma nomenclatura adequada à realidade do pequeno produtor rural podem influenciar na aceitação e utilização de ferramentas contábeis na gestão da propriedade.

Acredita-se que, através da utilização de instrumentos de gestão, seja possível contribuir com a melhoria do desempenho socioeconômico dos produtores rurais do assentamento Lagoa Grande. No entanto, acredita-se ser esta uma prática não muito comum nas propriedades; sendo assim, este estudo procurará responder aos seguintes questionamentos: De que forma a gestão nas propriedades rurais é realizada e quais os instrumentos utilizados para tal?

1.2 Objetivos

O objetivo geral deste estudo é analisar o assentamento Lagoa Grande no que se refere à utilização de instrumentos de gestão nas propriedades rurais.

Especificamente, pretende-se:

- caracterizar os aspectos socioeconômicos e demográficos do assentamento;
- verificar a existência de instrumentos de coleta, sistematização e utilização de informações econômico-financeiras na gestão das propriedades rurais;

- analisar as formas de acesso às políticas públicas de fomento à agricultura familiar pelos assentados.

1.3 Estrutura do trabalho

O trabalho estrutura-se em cinco partes, sendo que esta primeira apresenta a introdução, contextualização e problemática, assim como os objetivos da pesquisa. A segunda parte apresenta a revisão bibliográfica, englobando aspectos relacionados à agricultura familiar, gestão e agricultura familiar, políticas públicas direcionadas à agricultura familiar. A terceira apresenta a metodologia do estudo, envolvendo aspectos relacionados à área e o tipo de estudo, além da fonte e tratamento dos dados. Na quarta seção, apresentam-se os resultados e discussões. Por fim, expõem-se as considerações finais e as referências utilizadas na elaboração desta dissertação.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Esta revisão de literatura segue discutindo algumas temáticas relacionadas à agricultura familiar, à gestão das propriedades rurais e às políticas públicas direcionadas ao fortalecimento e desenvolvimento das atividades agrícolas.

2.1 Agricultura familiar

Guanziroli et al. (2000) apontam, em seu estudo, que a promoção e desenvolvimento que a agricultura familiar vem obtendo nos últimos anos é consequência do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Programa esse que vem oferecendo meios para a permanência do trabalhador rural em pequenas propriedades e fazendo com que estas se tornem produtivas, a exemplo de países da Europa, que têm a base de suas produções agropastoris derivada de pequenos produtores rurais.

Em seu estudo, Canuto (2011) destaca que a agricultura familiar responde por um terço das receitas dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, o que é endossado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (2006). O segmento familiar está ampliando a sua participação efetiva na geração de bens e alimentos à população, mesmo tendo uma produção heterogênea, pois não se restringe a um produto específico.

Guilhoto et al. (2007), em um estudo sobre a importância da agricultura familiar no Brasil, constataram que o segmento familiar do agronegócio no Brasil, entre 1995 a 2005, participou com cerca de 10% do PIB brasileiro, percentual significativo, uma vez que o agronegócio total contribuiu com 30% do PIB. Porém, em relação ao aumento de valores em reais do PIB em 2005, observou-se que, enquanto os demais setores tiveram acréscimos em torno de quase 24%, o do agronegócio familiar foi de pouco mais de 15%.

Já Guanziroli et al. (2000) observam que 37,9% do Valor Bruto da Produção Agropecuária Nacional são provenientes da agricultura familiar. Porém, esses agricultores recebem apenas 25,3% do financiamento destinado à agricultura.

Em relação à área média, Guanziroli et al. (2000) relatam que as áreas dos produtores de base familiar do Centro-Oeste podem chegar até 84,5 ha, diferentemente de outras regiões, como a Nordeste, em que a área média é de 16 ha. No setor patronal, essa média fica em torno de 1.324 ha na região Centro-Oeste. Porém, os autores destacam que 39,8% dos estabelecimentos familiares possuem menos de 5 ha, outros 30% possuem entre 5 e 20 ha e 17% entre 20 e 50 ha. Isso permite constatar que 87% dos estabelecimentos familiares possuem

menos de 50 ha. As propriedades com mais de 100 ha são menores que a área máxima regional, sendo representadas por 5,9% dos estabelecimentos, mas ocupam 44,7% de toda a área da agricultura familiar brasileira.

A região Nordeste é a que apresenta o maior número de minifúndios, com 58,8% de seus estabelecimentos familiares com menos de 5 ha. Entre esses agricultores, a área média é de 1,7 ha por estabelecimento. Na região Sul, 20% dos estabelecimentos familiares possuem menos de 5 ha, 47,9% possuem entre 5 e menos de 20 ha e outros 23,2% possuem entre 20 e menos de 50 ha.

Os dados revelam a importância da agricultura familiar como geradora de ocupação, alimentos e renda no país. Entretanto, é importante destacar a grande heterogeneidade no contexto dos agricultores familiares, uma vez que, segundo os dados do censo agropecuário (2006), 31% dos estabelecimentos de agricultura familiar não tiveram, naquele ano, renda proveniente de atividades desenvolvidas na propriedade rural (DE CONTI et al., 2011).

Segundo dados do censo agropecuário de 2006, os estabelecimentos não familiares representam apenas 15,69% do total e ocupam 78,7% da área, e a média dos estabelecimentos familiares é de 18,37 ha, enquanto que a dos não familiares é de 309,18 ha. Em relação ao valor médio da produção por estabelecimento familiar, no ano de 2006, este chegou a R\$ 13.988,00 (treze mil, novecentos e oitenta e oito reais), enquanto que o não familiar foi de R\$ 126.063,00 (cento e vinte e seis mil e sessenta e três reais), evidenciando um valor aproximadamente nove vezes superior ao valor de cada unidade familiar (IBGE, 2009).

Quando se trata do contingente populacional da agricultura familiar, Guilhoto et al. (2007) destacam que, da quantidade de pessoas que atuam na agricultura familiar em relação à propriedade não familiar, 79% são da pequena propriedade rural, enquanto as não familiares ocupam tão somente 21% do total de trabalhadores rurais. A atuação na produção e geração de renda nas unidades, geralmente, é dos próprios componentes da família. Em 2006, 84,4% dos estabelecimentos rurais eram de agricultura familiar e ocupavam uma área de apenas 24,3% do total da área destinada ao agronegócio no Brasil, contribuindo com uma renda de R\$ 54 milhões de reais. Enquanto, nesse mesmo período, o setor de produção agropastoril patronal contribuiu com R\$ 89 bilhões, o que resulta em um percentual de 38% da agricultura familiar na composição da renda deste setor no país.

A distribuição do contingente populacional da agricultura familiar no Brasil não é homogênea, tendo significativas diferenças entre as regiões. A explicação para essa desigualdade deve-se, em parte, ao tipo de produção que as regiões têm inserido na sua economia (GUILHOTO et al., 2007).

Guanziroli et al. (2000) indicam que a região Nordeste é responsável por 49,7% de todos os estabelecimentos familiares brasileiros, mas apenas 31,6% do total dos familiares são responsáveis por 16,7% do valor bruto da produção dos agricultores familiares e absorvem 14,3% do financiamento rural destinado a essa categoria de agricultores. Esse contingente está localizado no Vale do São Francisco (Juazeiro-Petrolina), com a produção de frutas irrigadas, mandioca, feijão e algodão.

Na região Norte, a agricultura familiar representa 85,4% dos estabelecimentos e ocupa 37,5% da área, com uma produção de 58,3% do valor bruto da produção da região, realizando 38,6% dos financiamentos oferecidos para a agricultura. Outra região muito forte em relação à agricultura familiar é a região Sul, representada por 90,5% de todos os estabelecimentos da região, ou 907.635 agricultores familiares, ocupando 43,8% da área e produzindo 57,1% do valor bruto da produção regional. Nessa região, os agricultores familiares são responsáveis por 43,3% dos financiamentos do setor agropastoril. A região Nordeste é responsável por 88,3% de estabelecimentos da agricultura familiar e estes são compostos por 2.055.157 agricultores, ocupando 43,5% da área regional, produzindo 43% de todo o valor bruto da produção da região. Em contrapartida, recebem apenas 26,8% do valor dos financiamentos agrícolas (GUANZIROLI et al., 2000).

Em relação aos estados do Centro-Oeste, Guilhoto et al. (2007) destacam que estes apresentam as menores taxas de população, e grande parte de suas áreas estão ocupadas por propriedades latifundiárias. Além disso, não oferecem condições para a promoção da agricultura familiar, mesmo porque a base da mesma tende a ser a comercialização de seus produtos ao comércio e a consumidores próximos a sua propriedade, fato esse impossível em regiões de baixos índices habitacionais como nesta região.

Para Guanziroli et al. (2000), a região Centro-Oeste é a que tem o menor número de agricultores familiares, com apenas 3,9% do total de estabelecimentos do Brasil. Em outra análise, a região apresenta, em conjunto com a região Norte, a maior área média entre os familiares, com um menor número de estabelecimentos, ocupando, respectivamente, 12,7% e 20,3% da área total dos agricultores familiares. Os seus estabelecimentos familiares representam 66,8% da região, ainda que ocupando apenas 12,6% da área regional. Diferente situação é percebida nas regiões Norte, Sul e Sudeste, onde se concentra o maior quantitativo de propriedades da agricultura familiar.

Em relação à renda familiar por estabelecimento, Guanziroli et al. (2000) relatam que cerca de 19% dos agricultores familiares apresentam renda monetária negativa, representando 10,6%. Porém, destacam que a renda média nacional dos estabelecimentos familiares no Brasil

varia entre R\$ 1.159,00/ano no Nordeste e R\$ 5.152/ano na região Sul. No setor da agropecuária, a renda por estabelecimento é, em média, de R\$ 1.783,00 entre os agricultores familiares; na região Nordeste, esse valor é de, em média, R\$ 696,00, e de R\$ 3.315,00 na região Sul. A renda total por hectare apresentada pela agricultura familiar é muito mais eficiente que a patronal, pois produz uma média de R\$104/ha/ano contra apenas R\$ 44/ha/ano dos agricultores patronais.

Por sua vez, Canuto (2011) constata que os três milhões de agricultores familiares que declararam ter obtido alguma receita de vendas dos produtos dos estabelecimentos registraram uma receita média de R\$ 13,6 mil, alcançada com a venda de produtos vegetais que representavam mais de 67,5% das receitas obtidas. A segunda fonte de receita da agricultura familiar compreende a venda de animais e seus produtos, que representa mais de 21,0% das receitas obtidas nos estabelecimentos.

Em relação à condição de uso da terra, a situação dos agricultores familiares demonstra que, no Brasil, 74,6% são proprietários; 5,7% são arrendatários; 6,4% são parceiros e 13,3% são ocupantes. O menor percentual de agricultores familiares proprietários pertence à região Nordeste, com apenas 65% dos estabelecimentos. Está na região Centro-Oeste o maior contingente de agricultores familiares proprietários, representado por 89,8% dos estabelecimentos familiares da região (GUANZIROLI et al., 2000).

A utilização de assistência técnica tem evidenciado uma grande variação, sendo que apenas 16,7% dos agricultores familiares fazem uso dela. Entretanto, esse percentual varia de 2,7% na região Nordeste a 47,2% na região Sul. Mesmo considerando as diferenças no interior da agricultura familiar nordestina, o número de agricultores com acesso à assistência técnica é muito pequeno, revelando dificuldades no acesso a tecnologias (GUANZIROLI et al., 2000).

Em relação ao baixo nível de utilização de tecnologias pela agricultura familiar, Batalha et al. (2004, p.1) concluem que este baixo aproveitamento “[...] não pode ser explicado apenas pela falta de tecnologia adequada; ao contrário, em muitos casos, mesmo quando a tecnologia está disponível, esta não se transforma em inovação devido a falta de capacidade e condições de inovar”.

Pedroso (1999), utilizando-se de estudos de Stonebraker et al. (1994), classifica a tecnologia nas seguintes categorias: tecnologia de processos; tecnologia de materiais; tecnologia de produtos e serviços; tecnologia da informação e tecnologia de gestão, contemplando a pesquisa, o desenvolvimento e a introdução de novas tecnologias de informação.

Quanto ao desenvolvimento de tecnologias avançadas de gestão, de acordo com Batalha et al. (2004, p. 5), grande parte delas é inadequada, pois é originária de outros setores, “[...] têm como origem as especificidades que particularizam os sistemas agroindustriais de produção, nos quais encontra-se inserida a agricultura familiar”. Este mesmo autor aponta algumas particularidades: sazonalidade da produção agropecuária, variação da qualidade do produto agropecuário, perecibilidade da matéria-prima, sazonalidade do consumo, perecibilidade do produto final, qualidade e vigilância e outras particularidades e considerações, como alterações sociais e culturais, o surgimento de uma sociedade mais plural, que força uma adaptação dos sistemas de gestão, estando a agricultura familiar incluída nessa realidade.

O Estado tem disponibilizado instrumentos de política pública no sentido de viabilizar a sustentabilidade dos empreendimentos da agricultura familiar, como os de concessão de crédito e utilização de canais distintos de comercialização para os produtos com origem na agricultura familiar em condições diferenciadas. Estes são representados principalmente pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

2.2 Gestão e agricultura familiar

A contabilidade, como ciência, tem condições de suprir de informações as pessoas envolvidas (usuários) no ambiente do empreendimento, não somente na gestão (aspectos internos), mas também no sistema em que está inserida (aspectos externos). A utilização de ferramentas contábeis de controle possibilita um acompanhamento quanto à origem e aplicação dos recursos relacionados ao empreendimento (YAMAMOTO, 2011).

Dentre as diversas formas de definir contabilidade, Sá (1998, p. 42) afirma que: “Contabilidade é uma ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos dos mesmos, em relação à eficácia funcional das células sociais”.

Para Marion (2009, p. 26): “A contabilidade, é uma ciência social, pois estuda o comportamento das riquezas que se integram ao patrimônio, em face das ações humanas (portanto, a contabilidade ocupa-se de fatos humanos)”.

No sentido de ressaltar a importância da contabilidade, sua capacidade de medir e informar acerca de aspectos relacionados ao patrimônio, Szuster et al. (2008, p.17) destacam:

A contabilidade é a ciência social que tem por objetivo medir, para poder informar, os aspectos quantitativos e qualitativos do patrimônio de quaisquer entidades. Constitui um instrumento para gestão e controle das entidades, além de representar um sustentáculo da democracia econômica, já que, por

seu intermédio, a sociedade é informada sobre o resultado da aplicação dos recursos conferidos às entidades (SZUSTER et al., 2008, p.17).

A função da contabilidade é justamente a de prover os seus diversos usuários com informações econômico-financeiras necessárias e úteis ao processo decisório.

Considerando a agricultura familiar como integrante das diversas concepções aplicadas ao agronegócio, a visão sistêmica da cadeia produtiva, segundo Castro (2002), seria composta por todos os elos, partindo das organizações fornecedoras de insumos, passando pelas fazendas, agroindústrias, processos produtivos inerentes, comercialização e chegando aos consumidores finais. Para a manutenção dos investimentos, os produtores envolvidos devem procurar uma atualização constante, no sentido de acompanhar a evolução relacionada aos aspectos tecnológicos, como também o entendimento do que isso significa sob os aspectos da sustentabilidade do empreendimento.

Batalha (2004, p. 2) aduz que, embora no âmbito dos sistemas agroindustriais, o sentido de tecnologia tenha ligação imediata com tecnologias de produto e processo, “[...]a tecnologia de gestão deveria formar, ao lado das tecnologias de produto e processo, um tripé fundamental para a competitividade sustentada das cadeias agroindustriais nacionais, é muitas vezes mal compreendida e negligenciada quanto a sua importância”.

Crepaldi (2006) aponta a contabilidade como uma das ferramentas para o controle formal dos acontecimentos das propriedades. Kitagawa e Sornberger (2010, p. 13) concluíram, no estudo realizado em propriedades pecuárias de médio porte no município de Marcelândia, MT, que “[...] o produtor rural não tem nenhum modo de controle formal dos acontecimentos de suas propriedades”; no entanto, manifestaram-se interessados em utilizar planilhas de controle que eles mesmos poderiam alimentar. Segundo Santos e Marion (1996), a prosperidade da agricultura está relacionada ao domínio do processo de produção e das técnicas de execução e gerência.

Faria (2004) observa que, no Brasil, grande parte da atividade leiteira é administrada pelo pequeno produtor que, no planejamento efetivo de uma propriedade, utiliza todos os recursos de forma eficiente, compreendendo o manejo e a utilização das informações, enquanto a falta de tecnologia e de conhecimentos contábeis resulta na perda de possíveis ganhos. Isso porque, por falta de conhecimento, o produtor deixa de investir na alimentação balanceada de seu gado leiteiro, resultando em gastos a mais para obter um bom rendimento e com isso perde na somatória dos custos finais do seu investimento.

Hofer (2011, p. 15), em seu trabalho realizado com pequenos produtores na região Oeste do estado do Paraná, conclui que um número reduzido de produtores adota algum método de controle para gestão. Nesse contexto, o autor destaca que “A grande maioria ainda administra suas atividades na informalidade e/ou com anotações em um caderno”.

No que diz respeito às dificuldades relacionadas à utilização de controles na gestão das propriedades, Vestena et al. (2011, p. 11), em estudo realizado com o objetivo de identificar a utilização de técnicas básicas de controle financeiro no meio rural da região da Grande Dourados, MS, apontaram o baixo nível de escolaridade como sendo um dos entraves para sua efetivação. Quando se trata de utilização de informações para fins gerenciais, o mesmo estudo demonstra que os produtores baseiam-se em experiências e resultados de anos anteriores, “[...] A análise gerencial nas propriedades não é feita, pois os produtores se baseiam na experiência da produção de grãos nos anos anteriores para prever seus gastos de produção”, com isso, contribuindo para o baixo nível de utilização de informações contábeis.

O desenvolvimento do raciocínio básico relacionado aos conceitos de controle, consumo de recursos (gastos), quer seja em investimentos, despesas, receitas, custos nas suas diversas classificações, podem auxiliar no conjunto de informações mínimas, de caráter econômico-financeiras necessárias à gestão da propriedade rural.

Em relação à utilização das informações disponibilizadas pela contabilidade, Iudícibus (2006, p. 22) destaca que o objetivo da contabilidade “[...] pode ser resumido no fornecimento de informações econômicas para os vários usuários, de forma que propiciem decisões racionais”, estando relacionado ao modelo decisório de cada usuário.

Uma das funções da contabilidade é o controle. Em relação aos controles, conforme Yamamoto (2011), estes correspondem a todos os processos com o objetivo de proteger os recursos aplicados nos ativos, sendo de grande importância, independentemente de seu tamanho, pois garantem que suas diretrizes sejam cumpridas. A contabilidade dispõe de um conjunto de ferramentas relacionado à coleta, sistematização, acompanhamento e análise dos fenômenos ocorridos em qualquer entidade. No entanto, esse conjunto tem sido considerado fora da realidade, quando inserido no contexto da agricultura familiar (pequeno produtor).

Embora a contabilidade tenha condições de fornecer um rol de informações, via demonstrações contábeis, atendendo às necessidades de seus diversos usuários, ela não fornece, segundo Yamamoto (2011, p. 6), “[...] todas as informações de que os usuários possam necessitar, uma vez que elas retratam acontecimentos passados, não incluindo informações não financeiras”.

A importância do uso de técnicas agrícolas com tecnologia adequada é essencial para a atividade rural na atualidade, por oportunizar o conhecimento de novas maneiras de prover o trabalho nesse meio, como na resolução de pragas e ervas daninhas, o que pode ser resolvido sem o uso de agrotóxicos quando se sabe quais as causas ou métodos para a remoção adequada destes (NEUKIRCHEN et al., 2006).

Porém, há de se destacar que, na atividade agropastoril, por ser amplo o seu campo de ação, é natural que, em alguma situação, a adoção de novas técnicas possa ser dificultada, em especial no caso do Brasil que, diante de sua imensa extensão territorial e diversidades climática e de vegetação, exige a formação de diferentes tecnologias de promoção para o seu desenvolvimento. Esse fator nem sempre está presente no interior do país, em especial para as regiões mais longínquas, como a região Norte ou o interior do Mato Grosso, citados como exemplos, devido a estradas sem pavimentação e de pouco trânsito, o que não favorece a existência da pequena propriedade rural em determinadas áreas (BATALHA et al., 2004).

2.3 Políticas públicas direcionadas à agricultura familiar

Referindo-se à pobreza rural, principalmente ao agricultor familiar, Maluf et al. (2011, p. 17) destacam que: “A pobreza rural é definida em termos do nível insuficiente de rendimento, da falta de acesso a bens e serviços e da negação de direitos elementares, além da própria indiferença da sociedade que tem contribuído para ampliar o processo de exclusão social”.

Em relação à concepção da pobreza, há críticas no sentido de que seja uma concepção individual e não social. Neste sentido, Maluf et al. argumentam que:

Muitas políticas buscam compensar problemas causados sobre as camadas de excluídos pelas dinâmicas econômicas em geral, por exemplo, via transferência de renda, condicionada ou não. No entanto, as famílias não podem permanecer indefinidamente na dependência desse tipo de auxílio. Apenas políticas universais combinando diversos instrumentos possibilitam um efetivo enfrentamento da pobreza e, mesmo, a erradicação da extrema pobreza (MALUF et al., 2011, p. 21).

Referindo-se à pobreza no campo e às dificuldades de acesso a recursos básicos, Wanderley (2011, p.16) destaca: “A pobreza no campo é resultado da carência, ou do acesso restrito e insuficiente dos recursos produtivos, principalmente, a terra e a água, bem como os bens e serviços fundamentais que garantam o bem estar e cidadania das pessoas, como saúde, educação, informação, comunicação, etc.”.

As políticas públicas estão relacionadas a um Estado que quer demonstrar racionalidade da ação governamental, indicando vetores que o orientam, além da eficiência e coerência da própria ação governamental. Com isso, passa a ser o garantidor dos direitos básicos relacionados a educação, saúde, habitação, enfim, dos direitos sociais (CRISTOVAM, 2005).

Gazolla (2004) apresenta em três momentos o papel do Estado na modernização da agricultura brasileira a partir de 1945: no pós-guerra até a década de 1970, caracterizado pela criação do sistema nacional de crédito rural; nos anos 1980, início do engajamento na modernização do campo, e da década de 1990 em diante, caracterizada pelo envolvimento com a criação de subsídios e modernização do setor agrícola.

Assunção et al. (2007, p. 368), relacionando crédito e pobreza, destacam que, no caso do crédito: “[...] o mau funcionamento do mercado de crédito é um dos ingredientes necessários à ocorrência da armadilha da pobreza”. E, em relação aos recursos, “A falta de recursos necessários ao financiamento do investimento limita a capacidade das famílias de escapar da pobreza”.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF constitui um dos mais importantes programas de crédito rural. Com início em 1995, foi motivado principalmente pelo alto custo e escassez de crédito para suprir os problemas enfrentados pela agricultura familiar (GUANZIROLI, 2007).

Segundo Sabourin (2007), o debate relacionado ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar divide-se em duas partes. Uma voltada ao agricultor familiar, tratado como pequeno empresário, integrado a nichos de mercado, segmentado e produtos qualificados; outra relacionada a uma visão mais neoliberal, que nunca permitirá pequenos produtores competitivos; no entanto, mais próximo de uma justificativa de uma política social de combate à pobreza.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF é administrado pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), com linhas de financiamento aos agricultores familiares (BRASIL, 2012).

Dentre as principais linhas do PRONAF, destacam-se, de acordo com o MDA (BRASIL, 2012): custeio; investimentos; mais alimentos, microcrédito rural; agroecologia; mulher; eco dendê; eco; agroindústria; semiárido; jovem; floresta; cota parte; custeio e investimentos para reforma agrária, em relação às agroindústrias familiares recursos voltadas ao custeio e comercialização, complementando com ações no sentido de inserir, via capacitação gerencial, os agricultores familiares no contexto do agronegócio nacional.

Em relação às diversas linhas e modalidades, conforme o quadro resumo, MDA (BRASIL, 2014) o PRONAF custeio destina-se aos agricultores familiares, em suas diversas faixas que vão de R\$ 10.000,00 a R\$ 100.000,00, com taxas de juros de 1,5 a 3,5% aa, compreendendo atividades agropecuárias, florestais e pesqueiras. Entre as linhas de crédito destinadas aos empreendimentos familiares, destaca-se o PRONAF agroindústria, compreendendo valores individuais de R\$ 10.000,00 e para cooperativas e associações até R\$ 1.000.000,00 (faixa I), com taxas de juros de 1,0% aa.

A linha de crédito Pronaf Mulher investimento, MDA (BRASIL, 2014), atende a mulheres agricultoras, independentemente de estado civil, com a finalidade de investimento em atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades.

O PRONAF – Programa Mais Alimentos, considerado uma linha de crédito especial, teve início em 2008, com o intuito de incrementar a produtividade da agricultura familiar através da linha de crédito direcionada à modernização da infraestrutura de unidades familiares, contemplando a produção, tecnologia, financiamento e assistência técnica para os produtores. O limite de crédito é de R\$ 100 mil, que podem ser pagos em até dez anos, com até três anos de carência e com taxa de juros de 2% ao ano. O agricultor poderá efetuar o pagamento da parcela do seu financiamento em produto ou dinheiro.

Uma linha de crédito com o objetivo de capacitar e auxiliar na permanência do jovem na lida rural é denominada de PRONAF-JOVEM, destinado a pessoas físicas integrantes de unidades familiares com idade entre 16 e 29 anos. As exigências estão relacionadas principalmente ao seu envolvimento (cursado ou cursando) com escolas técnicas de nível médio ou superior voltadas para a área rural e que possuam a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativa.

Os financiamentos contemplam projetos associados à produção de arroz, feijão, milho, mandioca, trigo, hortigranjeiros, leite, castanha, caprino, ovinos, café, gado para abate, suínos e aves, permitindo ao agricultor familiar investir em modernização e aquisição de máquinas e de novos equipamentos, correção e recuperação de solos, resfriadores de leite, melhoria genética, irrigação, implantação de pomares e estufas e armazenagem.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma ação do Governo Federal, criado em 2003 para fortalecer a agricultura familiar e enfrentar a questão da fome e da pobreza no Brasil. O programa dispõe de mecanismos relacionados à comercialização que têm a finalidade de facilitar e simplificar a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, com isto aumentando as possibilidades de desenvolver processos de agregação de valor.

O PAA funciona com limites financeiros anuais; em 2013, esse limite foi de R\$ 10.000,00 aos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais ou empreendimentos familiares rurais que possuíssem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

Estão diretamente envolvidos com recursos na execução do PAA os Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em parceria com estados, municípios e com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, disponibilizados via PAA data – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), de janeiro a dezembro de 2012, foram pagos R\$ 839.217.997,62 no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), destacando-se o estado do Rio Grande do Sul, que mais utilizou estes recursos, com R\$ 117.810.141,27, com a participação do produto “Leite de Vaca” em 2.068.827,40 e “Leite em Pó” no valor de 58.372.399,41, sendo o único estado a negociar esse item; seguido por MG, com R\$ 87.379.667,41, com a participação do produto “Leite de Vaca” em R\$ 33.585.208,23; SP, com R\$ 83.309.054,53, sendo que o produto “Leite de Vaca” participou com R\$ 1.087.734,80. O estado de Mato Grosso do Sul utilizou nesta modalidade R\$ 12.504.117,32, com a 17ª posição em relação aos demais estados, e não teve negociado o produto “Leite de Vaca”.

Considerando o PAA como a última etapa do ciclo, no que diz respeito a possíveis canais de comercialização da produção, Rossi (2012), em estudo relacionado aos impactos socioeconômicos nos agricultores beneficiários do PAA no município de São Carlos (SP) e municípios adjacentes, destaca como positiva a evolução dos indicadores relacionados à comercialização da produção vegetal; uso do solo da propriedade; renda familiar; acesso a políticas de crédito rural; técnicas de gestão utilizadas; associativismo; acesso à extensão rural; investimentos na propriedade; aspectos relacionados à condição de vida entre outros. Quanto à percepção dos beneficiários sobre outros aspectos do programa, o estudo ainda apresenta como resultado a redução do tempo ocioso dos beneficiários, representada por um maior envolvimento em associações, cooperativas, participação em feiras agropecuárias e um aumento de produção ou diversificação de culturas.

A modalidade Compra com Doação Simultânea – CDS é formalizada com associações e/ou cooperativas de agricultores familiares que entregam sua produção diretamente na instituição beneficiada. As normas operacionais do instrumento constam no Título 30 do Manual de Operações da Conab (MOC).

O Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar é formalizado com associações e/ou cooperativas de agricultores familiares que recebem antecipadamente até 100% dos recursos para a compra de matéria-prima, embalagens e rótulos, pagamento de produtor/fornecedor e despesas com beneficiamento. As normas operacionais do instrumento constam no Título 33 do Manual de Operações da Conab (MOC).

A Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF é a aquisição de produtos agropecuários definidos pelo governo, a preços de referência, em polos de compra instalados próximos aos locais de produção. As normas operacionais do instrumento constam no Título 27 do Manual de Operações Conab (MOC).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, inicialmente implantado em 1955, garante, por meio da transferência de recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas.

O PNAE tem caráter suplementar, como prevê o artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal, quando coloca que o dever do Estado (ou seja, das três esferas governamentais: União, estados e municípios) com a educação é efetivado mediante a garantia de “atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade” (inciso IV) e, no Inciso II, prevê: “atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (inciso VII).

A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, estabelece, em seu artigo 2º, as diretrizes da alimentação escolar, “[...] compreendendo o emprego de alimentação saudável e adequada”, e, no artigo 4º, define o objetivo do PNAE: atender às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis.

O orçamento do programa para 2013 foi de R\$ 3,5 bilhões, para beneficiar 43 milhões de estudantes da educação básica e de jovens e adultos. Com a Lei nº 11.947, de 16/6/2009, 30% desse valor – ou seja, R\$ 1,05 bilhão – devem ser investidos na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico das comunidades.

Para que os agricultores, particularmente os enquadrados na agricultura familiar, tenham acesso ao PNAE, devem atender alguns requisitos, como possuírem o documento de aptidão ao PRONAF (DAP). Isso corresponde ao processo de identificação dos agricultores familiares e

suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas, aptos a realizarem operações de crédito rural no âmbito do Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) com emissão de resoluções anualmente; para o ano agrícola 2013/2014, tem como base a resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.228 de 18 de junho de 2013.

3 METODOLOGIA

3.1 Área de estudo

O objeto de estudo, evidenciado na Figura 1 e denominado assentamento rural Lagoa Grande, está localizado no município de Dourados, estado de Mato Grosso do Sul. Criado em 6 de novembro de 1997, via desapropriação, compreende uma área total de 4.070,7670 ha, dividida em 151 lotes com tamanho médio de 25 ha, situada às margens da rodovia MS270, Dourados-Itahum, no município de Dourados, MS (INCRA, 2012b).

A sede do assentamento corresponde às coordenadas: latitude: 22° 2'14.72"S e longitude 55°18'58.81"O.

3.2 Tipo de pesquisa

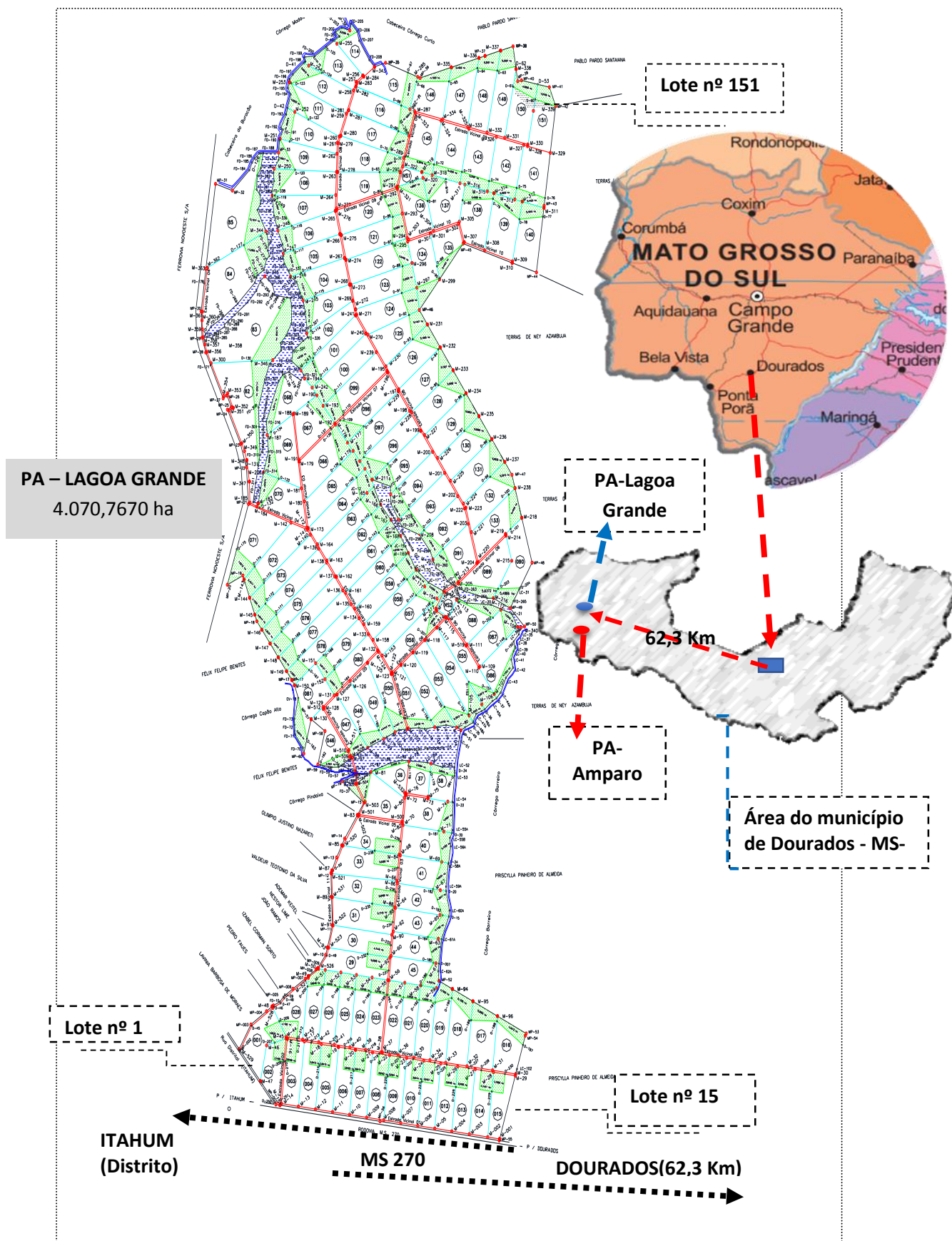
O presente estudo caracteriza-se como um estudo de caso e se utiliza de uma análise exploratória e descritiva com a finalidade de aprofundar o conhecimento sobre o assunto, bem como de uma pesquisa de campo, com a utilização de dados primários a partir da aplicação de questionário. Utilizou-se ainda de revisão bibliográfica e documental, com uma abordagem mista, contemplando aspectos relacionados à pesquisa quantitativa e qualitativa.

3.3 Coleta de dados

O estudo contempla, uma pesquisa documental, com a análise de documentos oficiais sobre o problema proposto e uma ampla revisão bibliográfica para uma melhor compreensão e identificação do tema em análise. Para tanto, foram utilizadas fontes como periódicos, livros, sites oficiais como o IBGE, Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER), bem como o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), e o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) entre outros.

Para a realização desta pesquisa, numa segunda etapa, foram aplicados questionários nos lotes do assentamento Lagoa Grande. As questões contemplam aspectos relacionados ao perfil socioeconômico, características da propriedade, bens, máquinas utilizadas na atividade, produção agrícola, pecuária, comercialização da produção, assistência técnica, utilização de recursos oriundos dos programas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, planejamento e controle das atividades de produção, custeio e investimentos.

Figura 1 - Mapa do Assentamento Lagoa Grande, Dourados, MS



Fonte: Adaptado de INCRA Dourados, MS (ago. 2013).

O intuito do estudo era realizar um censo, com um universo de 151 lotes. No entanto, destes, foram computadas um total de 89 propriedades, correspondendo a 58,9% dos lotes, em que foram aplicados questionários estruturados com questões fechadas e abertas, aos que se apresentaram como chefes ou responsáveis pelos lotes.

Nos demais lotes, embora sendo visitados, não foi possível a aplicação do instrumento de pesquisa, por diversos motivos: lotes fechados no momento das visitas, 16,6%; lotes considerados de não residentes no assentamento, 14,6%; lotes em que havia somente empregados, declarando-se sem condições de prestar qualquer informação, 2,6%; lotes em que não se percebia a existência de ocupação, 4%; lotes considerados de não residentes no assentamento, no entanto residiam no distrito contíguo ao assentamento (Itahum), 2,6%; lote arrendado a outro ocupante do assentamento, 0,7%.

As visitas foram realizadas entre junho e dezembro de 2012. Destaca-se que parte das questões do questionário já foram utilizadas na elaboração de outro estudo no assentamento Lagoa Grande.

3.4 Análise dos dados

A tabulação dos dados coletados, resultantes da aplicação dos questionários, foi sistematizada com a utilização do programa estatístico SPSS (Statistical Package for Social Sciences), analisada de forma descritiva e apresentada na forma de tabelas e figuras.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A discussão dos resultados segue apresentando uma caracterização sociodemográfica do assentamento Lagoa Grande, a gestão como fator impulsionador de crescimento e desenvolvimento e programas integrantes de políticas públicas.

A caracterização sociodemográfica apresenta aspectos observados e constatados no assentamento e que, mantidas suas proporções, necessitam ser gerenciados, visto estarem relacionados à gestão de forma geral. O que implica em conhecer os problemas, organizar e coordenar os recursos humanos e materiais disponíveis ou disponibilizados ou ainda acumulados com o esforço individual e coletivo para a viabilização das unidades familiares, e, no conjunto, a própria sustentabilidade e continuidade do projeto de assentamento.

A complexidade inerente à agricultura familiar, pelo nível de exigência no próprio contexto em que está inserida, pela mudança de hábitos dos consumidores com níveis crescentes de exigência, que, por sua vez, muitas vezes não comportam mais práticas adotadas e repassadas por gerações, resulta em mudanças de conceitos, adoção de novos processos, novos canais de comunicação com os consumidores, fornecedores, órgãos e agências de fomento e de extensão públicos, uso de tecnologia adequada, exigindo um constante processo de capacitação por parte das pessoas envolvidas.

No estado de Mato Grosso do Sul, até 31 de dezembro de 2012, foram implantados 203 projetos de assentamentos rurais, correspondendo a uma área total de 697.687,9305 ha (INCRA, 2012b).

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, de acordo com o Quadro 1, implantou, no ano de 1997, um total de 20 projetos de reforma agrária no estado de Mato Grosso do Sul. Sendo que, destes, sete estão na fase 7 de implementação, correspondente a assentamento consolidado; cinco estão na fase 6, correspondendo a assentamento em consolidação; cinco estão na fase 5, situação de assentamento em estruturação; um encontra-se na fase 4, correspondendo a assentamento em instalação; e dois encontram-se na fase 3, correspondendo a assentamento criado, ambos projetos de reforma agrária em assentamentos no município de Dourados (MS): Amparo e Lagoa Grande (INCRA, 2014).

No ano de 1997, foram implantados, no município de Dourados, distrito de Itahum, os assentamentos Lagoa Grande e Amparo. O assentamento Lagoa Grande foi criado em 6 de novembro de 1997, via desapropriação, com área total de 4.070,7670 ha, dividida em 151 lotes com tamanho médio de 25 ha. O assentamento Amparo foi criado em 22 de dezembro, com

1.126,8933 ha divididos em 67 lotes. Ambos estão situados às margens da rodovia Dourados-Itahum (INCRA, 2012b).

Quadro 1 - Projetos de reforma agrária conforme fases de implantação no estado de Mato Grosso do Sul, com atos de criação no ano de 1997

MUNICÍPIO (MS)	NOME DO PROJETO	TIPO*	N	%	FASE	área (ha)					Total	
DOURADOS	AMPARO	PA	2	10	3	1.126,8933						
	LAGOA GRANDE					4.070,7679						
MIRANDA	TUPAMBAÊ	PA	1	5	4		2.250,0000					
BATAGUASSU	SANTA CLARA	PA	5	25	5			4.353,3284				
ITAQUIRAI	GUAÇU							2.678,3434				
	SANTA ROSA							4.048,1606				
MARACAJU	SANTA GUILHERMINA							7.994,7290				
NOVA ALVORADA DO SUL	NOVA ALVORADA							3.000,8266				
JARAGUARI	PRIMAVERA	PA	4	25	6			2.535,1451				
ELDORADO	FLORESTA BRANCA							4.980,9931				
PARANAIBA	SERRA							2.986,0267				
SIDROLANDIA	CAPÃO BONITO II							8.231,4968				
SONORA	CARLOS ROBERTO SOARES DE MELLO	PE**	1					6.253,1888				
BODOQUENA	CAMPINA	PA	7	35	7					2.408,8339		
PONTA PORÁ	CORONA							1.095,8569				
RIO BRILHANTE	TRIÂNGULO							927,1312				
SAO GABRIEL DO OESTE	CAMPANÁRIO							2.851,0325				
TERENOS	PARAISO							3.308,4638				
	PATAGÔNIA			3.502,8887								
	NOVA QUERÊNCIA			3.864,6132								
TOTAL			20	100		7,17%	3,10%	30,46%	34,48%	24,78%	100,00%	
TOTAL (área (ha))						5.197,6612	2.250,0000	22.075,3880	24.986,8505	17.958,8202	72.468,7199	

Fonte: Elaboração própria a partir de (INCRA, 2014).

Nota: (*) PA – Assentamento Federal; PE(**) – Assentamento Estadual.

4.1 Caracterização sociodemográfica do Assentamento Lagoa Grande

Este tópico apresenta informações relacionadas à estrutura do assentamento, aspectos relacionados à sua criação, recursos iniciais disponibilizados aos assentados, associações constituídas no assentamento e seus objetivos, como o número de lotes, tamanho dos lotes, perfil das famílias, produção e renda obtida. Esses dados têm origem nos resultados levantados na pesquisa e têm como base os responsáveis pelo seu fornecimento.

Numa visão a partir do assentamento Lagoa Grande, em termos de centros com maior densidade habitacional está o próprio município de Dourados MS, com estimativa de 207.498 habitantes (62,3 Km) além de municípios adjacentes como: Itaporã com 22.231 habitantes (86,3 Km); Maracaju com 41.099 habitantes (76,6 Km); Ponta Porã com 83.747 habitantes (134 Km), salientando que neste município encontram-se assentamentos importantes, como o conjunto Itamarati I e II, com uma área total de aproximadamente 65.852 ha. O estado de Mato Grosso do sul, com população estimada em 2.587.269, (IBGE, 2013).

O assentamento possui duas associações com o objetivo de representar seus integrantes, sendo a primeira a associação constituída quando da criação do assentamento, em 1997, sendo considerada como a principal e com finalidade de representar o Assentamento Lagoa Grande; a segunda, constituída em 2012, devidamente registrada, consolidando-se em 2013/14, com apoio de projetos de extensão da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

A segunda associação denomina-se: “Associação Sabores do Cerrado – Assentamento Lagoa Grande”. Tem como principal objetivo a agregação de valor aos produtos originários do assentamento, sendo sua extração efetuada de forma sustentável por meio de produção de doces, geleias e licores, comercializados via “incubadora” em feiras, destacando-se as realizadas no espaço físico da UFGD.

Entre as principais frutas nativas exploradas, encontram-se o *Caryocar brasiliense* Cambess (pequi), *Campomanesia pubescens* (guavira), *Hancornia speciosa* Gomez (mangaba), *Eugenia uvalha* (uvaia), *Hymenaea stigonocarpa* Mart (baru), *Annona crassiflora* Mart. (marolo), *Pouteria Ramiflora* (curriola). Entre as cultivadas, destacam-se a *Malpighia Emarginata* (acerola), *Passiflora miersii* (maracujá) entre outras.

Um aspecto importante dessa associação é desenvolver produtos finais com a possibilidade de utilizar como matéria-prima o principal produto do assentamento, o leite, representando uma agregação de valor na cadeia produtiva. Atualmente, a associação conta com aproximadamente 20 famílias associadas, e em torno de 10 famílias participando de forma ativa.

No que se refere ao perfil dos participantes do estudo, dos respondentes, como evidenciado na Tabela 1, considerados como chefes ou responsáveis pelo lote, 58,4% são do sexo masculino e 41,6% do sexo feminino. Em relação à faixa etária, a média de idade é de 52,4 anos, sendo que 25% apresentam menos de 44 anos; 50% têm até 53 anos e 75% têm até 61 anos. Observa-se, ainda, que 74,2% dos chefes ou responsáveis pelos lotes possuem idade entre 35 e 54 anos; 7,9% têm até 34 anos e 17,9% estão acima de 64 anos.

Tabela 1 – Composição da faixa etária dos chefes ou responsáveis pelo lote

Faixa etária	Chefes ou responsáveis pelo lote				
	Nº de pessoas			Percentual (%)	Percentual acumulado (%)
	Masculino	Feminino	Total		
Até 24 anos	1	1	2	2,2	2,2
Entre 25 e 34 anos	2	3	5	5,6	7,9
Entre 35 e 44 anos	10	6	16	18,0	25,8
Entre 45 e 54 anos	13	13	26	29,2	55,1
Entre 55 e 64 anos	15	9	24	27,0	82,0
Entre 65 e 74 anos	5	5	10	11,2	93,3
Entre 75 e 84 anos	5	0	5	5,6	98,9
Mais de 85 anos	1	0	1	1,1	100,0
Total	52 (58,4%)	37 (41,6%)	89	100,0	--

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação à educação formal, no grupo estudado, 66,6% declararam possuir até o nível de educação infantil completo (1ª à 5ª série). Destaca-se que 5,6% não são alfabetizados, e que a maior parcela (43,8%) dos chefes ou responsáveis pelo lote possui apenas a educação infantil incompleta, conforme apresentado na Tabela 2.

Na totalização, 87,6% dos responsáveis pelos domicílios apresentam no máximo ensino fundamental completo; 4,5% possuem o ensino médio completo; 2,2% estão cursando o ensino superior e 2,2% concluíram o ensino superior. De forma geral, os dados apresentados evidenciam o baixo nível de escolaridade dos respondentes da pesquisa.

Tabela 2 – Nível de escolaridade dos chefes ou responsáveis pelo lote

Escolaridade	Participação percentual (%)	Percentual acumulado (%)
Não alfabetizado	5,6	5,6
Alfabetizado	7,9	13,5
Ed. Infantil incompleta (1ª à 5ª)	43,8	57,3
Ed. Infantil completo (1ª à 5ª)	9,0	66,3
Ensino fundamental incompleto (6ª à 9ª)	14,6	80,9
Ensino fundamental completo (6ª à 9ª)	6,7	87,6
Ens. médio incompleto	3,4	91,0
Ensino médio completo.	4,5	95,5
Ensino superior incompleto	2,2	97,8
Ensino superior completo	2,2	100,0
Total	100,0	--

Fonte: Dados da pesquisa.

Efetuando-se uma análise do nível de escolaridade, considerando-se a faixa etária, observa-se na Tabela 3 que, a medida que aumenta a faixa etária, existe uma redução no nível

de escolaridade. Verifica-se que 57,3% dos chefes ou responsáveis pelos lotes correspondem ao nível considerado educação infantil incompleto, estando aí inclusos 13,5% entre os que se apresentaram como não alfabetizados ou alfabetizados. Em termos de faixa etária, conforme observado na Tabela 3, esse conjunto distribui-se em 5,6% até 44 anos; 46,0% entre 45 e 74 anos e 5,6% com mais de 75 anos.

A faixa etária acima dos 55 anos representa 44,9% do grupo estudado e, em termos de escolaridade, 97,5% destes apresentam no máximo o ensino fundamental completo. Por outro lado, é necessário destacar, conforme a Tabela 3, que, dos respondentes, 4,5% apresentaram-se como cursando ou concluído o ensino superior e na faixa etária de no máximo 44 anos.

Em relação ao ensino médio, é representado por 7,9% do grupo estudado, dividido em diversas faixas etárias, sendo 4,5% até no máximo 44 anos e 3,3% entre 45 e 64 anos.

De uma forma geral, o baixo nível de escolaridade apresentado está em consonância com os dados apresentados em diversos estudos como Rebouças (2013), Hofer et. al. (2011), em que predomina, no máximo, o ensino fundamental completo. Esta situação pode ser um reflexo da ineficácia das políticas educacionais voltadas ao campo, tornando-se um grande entrave para o desenvolvimento do assentamento.

Tabela 3 – Faixa etária e escolaridade dos chefes ou responsáveis pelo lote

Faixa etária	Escolaridade agrupada									
	Até educação infantil incompleta		Até ensino fundamental completo		Até ensino médio completo		Até ensino superior completo		Total	
	N	Percentual (%)	N	Percentual (%)	N	Percentual (%)	N	Percentual (%)	N	Percentual (%)
Até 24 anos			1	1,1			1	1,1	2	2,2
Entre 25 e 34 anos	1	1,1	2	2,2	1	1,1	1	1,1	5	5,6
Entre 35 e 44 anos	4	4,5	7	7,9	3	3,4	2	2,3	16	18,0
Entre 45 e 54 anos	18	20,2	6	6,7	2	2,2			26	29,2
Entre 55 e 64 anos	13	14,6	10	11,2	1	1,1			24	27,0
Entre 65 e 74 anos	10	11,2							10	11,2
Entre 75 e 84 anos	4	4,5	1	1,1					5	5,6
Mais de 85 anos	1	1,1							1	1,1
TOTAL	51	57,3	27	30,3	7	7,9	4	4,5	89	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação à ocupação dos lotes, 94,4% dos respondentes apresentaram-se como proprietários dos lotes, e 5,1% não se consideram como proprietários dos lotes.

Embora 32,6% dos respondentes, conforme a Tabela 4, apresentem-se como proprietários mas a origem como sendo de terceiros, tendo como documento uma carta de

anuência (INCRA), estes também se declaram como não sendo os primeiros proprietários, evidenciando uma situação confusa, pois o agente público pode ter sido substituído entre os detentores de lotes.

Quanto à origem dos lotes, conforme a Tabela 4, observa-se que 67,4% destes foram adquiridos diretamente do INCRA e em 32,6% a aquisição foi manifestada como sendo de terceiros.

Em uma abordagem territorial, em suas diversas concepções, Raffestin (1993, p. 144) caracteriza o território como sendo um “[...]espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação e que revela relações marcadas pelo poder”, privilegiando aspectos políticos e econômicos. E complementando, Haesbaert (1997, 2013), inclui aspectos culturais e políticos, considerados em relação aos indivíduos, seu domínio e o controle relacionados à apropriação e ordenação do espaço.

Tabela 4 – Composição da origem dos lotes do Assentamento Lagoa Grande

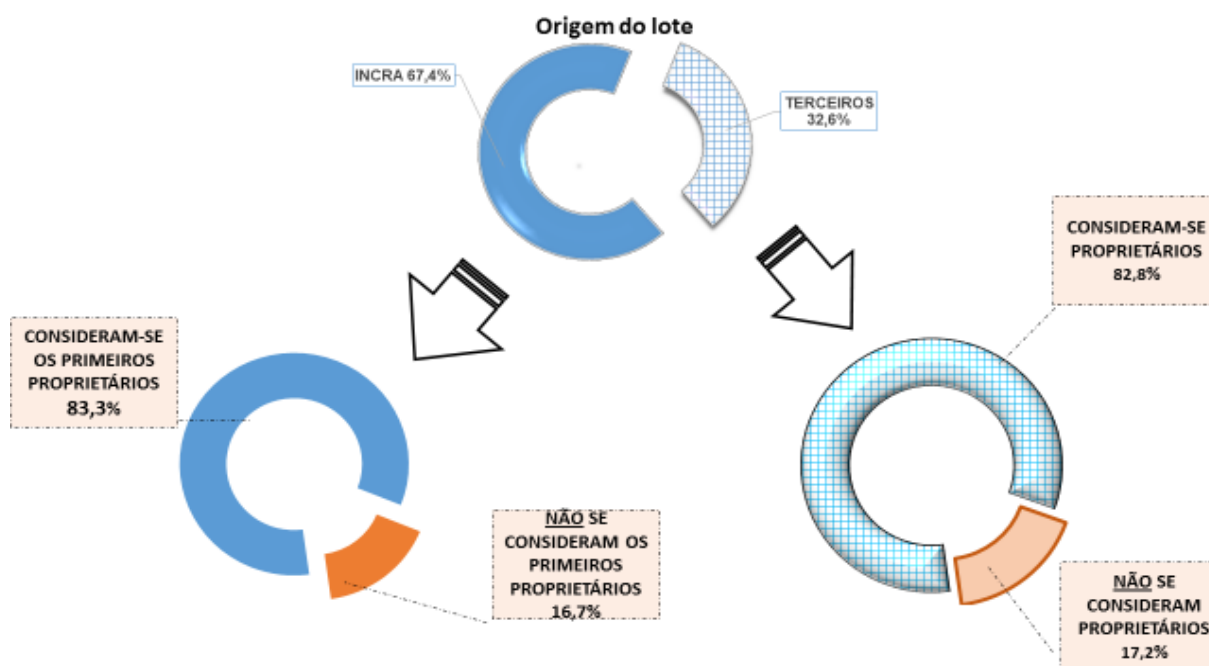
Origem dos lotes	N	Percentual (%)	(%) Acumulado
INCRA	60	67,4	67,4
Terceiros	29	32,6	100,0
Total	89	100,0	---

Fonte: Dados da pesquisa.

Das famílias cujos lotes são originários do INCRA, 83,3% declararam-se como sendo os primeiros proprietários, correspondendo à época da criação do assentamento (1997/1998), ou seja, um período aproximado de 15 anos. Por outro lado, 16,7%, embora também tendo como origem o INCRA, não são considerados os primeiros proprietários (Figura 2), tendo sua entrada no assentamento entre os anos de 1999 a 2007.

Destaca-se que muitas pessoas recebem os lotes, mas não têm aptidão agrícola e acabam cedendo os lotes para outras pessoas, ou simplesmente deixam uma pessoa responsável para cuidar da propriedade e residem em outro local. Isto é uma situação que começa a distorcer os objetivos da sua criação, podendo ser considerada um problema muito sério e comum aos assentamentos.

Figura 2 – Forma de aquisição dos lotes – INCRA ou de terceiros



Fonte: Dados da pesquisa.

Dos lotes considerados como originários de terceiros, 82,8% consideram-se como proprietários, e 17,2% não se consideram como proprietários (Figura 2), sendo que um deles considera-se como ocupante da área. Observa-se que 58,6% das aquisições ocorreram entre o ano de 1997 e 2004 e as demais entre 2005 e 2012.

No assentamento, não houve emissão da escritura definitiva, portanto, nenhum dos assentados possui o documento de titulação. Independentemente da origem do lote, INCRA ou de terceiros, todos manifestaram possuir somente uma carta de anuência, muitas vezes dificultando o acesso aos recursos eventualmente disponibilizados.

Quanto à naturalidade, a maioria dos assentados é do estado de Mato Grosso do Sul, com 42,7%, sendo que destes, 39,5% do município de Dourados, 10,5% de Ponta Porã, 7,9% de Itaporã e os demais municípios 42,1%. O segundo estado em termos de origem foi São Paulo, com 15,7%, seguido pelo estado do Paraná, com 15,7%, Rio Grande do Sul, com 6,7% e Santa Catarina e Sergipe com 4,5%, conforme a Tabela 5. Esses dados demonstram que o assentamento é composto de pessoas com diferentes origens, diversas culturas, costumes, crenças e interesses distintos, elementos que influenciam o capital social do assentamento.

Tabela 5 – Origem dos assentados moradores do assentamento Lagoa Grande por Unidade da Federação

Origem por unidade da Federação	Percentual (%)	Percentual acumulado (%)
Mato Grosso do Sul	42,7	
São Paulo	15,7	58,4
Paraná	15,7	74,2
Rio Grande do Sul	6,7	80,9
Santa Catarina	4,5	85,4
Sergipe	4,5	89,9
Pernambuco	3,4	93,3
Ceará	2,2	95,5
Demais estados	4,5	100
Total	100,0	--

Fonte: Dados da pesquisa.

A maioria dos assentados encontra-se no assentamento desde o início do Projeto, no ano de 1997, correspondendo a 57,3% com mais de 14 anos, 17,9% entre 11 e 13 anos, perfazendo um total de 75,3% dos respondentes; de 5 a 10 anos observamos 11,1%, e com menos de 5 anos de assentamento 13,6%. O tempo médio de moradia no local corresponde a 11,7 anos, e o menor período é de 2 meses. Esta composição demonstra uma vivência na lida rural, estando os respondentes habituados com as atividades desenvolvidas e cientes das características e peculiaridades da agricultura familiar, portanto, um fator potencializador de desenvolvimento do assentamento.

No que se refere ao tempo dedicado à atividade rural, apenas 3,3% trabalham nesse setor há menos de 10 anos; percebe-se um longo período de tempo dedicado à atividade rural. A grande maioria, 71,9%, sempre esteve envolvida com o meio rural.

Como principal ocupação anterior ao assentamento, predomina a condição de empregado de fazenda, com 46,1%, conforme Tabela 6. O segundo item que mais se destaca é o de agricultor proprietário, com 15,7%; seguido de diarista, com 12,4%; arrendatário, com 3,4%; nenhuma atividade, com 4,5% e outras, englobando: gerente de lavoura de milho e soja; meeiro; comerciante; doméstica; empregado doméstico de chácara; merendeira de escola rural; zeladora de escola rural; comerciante; meeiro.

Percebe-se, nos resultados apresentados na Tabela 6, que a maioria dos assentados tem sua origem no meio rural, e o assentamento abriu uma possibilidade de cultivar sua própria área, cuidar da sua própria terra. No entanto, no momento da pesquisa, 27,9% exerciam alguma atividade fora da propriedade nos mesmos moldes de quando do ingresso no assentamento.

Tabela 6 – Principal ocupação no meio rural anterior ao assentamento

Origem por unidade da Federação	Percentual (%)	Percentual acumulado (%)
Empregado de fazenda	46,1	
Agricultor proprietário	15,7	61,8
Diarista	12,4	74,2
Arrendatário	3,4	77,6
Nenhuma atividade	4,5	82,1
Outras atividades	17,9	100
Total	100,0	--

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação ao estado civil, os chefes ou responsáveis pelo domicílio, em sua maioria, são casados, com 77,5%. Em segundo lugar, destacam-se os que se denominaram junto(a), com 11,2%, viúvo, com 6,7%, e os que se apresentaram como solteiros e separados, correspondendo a 2,2% para ambos os itens. Esta situação pode caracterizar uma estabilidade da família, aliada ao número de pessoas componentes familiares, pode constituir um ponto importante para o planejamento num prazo maior das atividades da propriedade e de visão de futuro tanto individual como do assentamento.

O estudo contempla 89 lotes (propriedades), o que corresponde a uma população de 305 indivíduos que residem na propriedade, apresentando uma média de 3,43 pessoas por unidade familiar, conforme apresentado na Tabela 7. As famílias com até 3 membros correspondem a 41,6%, e o número de famílias com 6 a 7 componentes corresponde a 18,7%.

Tabela 7 – População residente no assentamento Lagoa Grande – membros familiares

Nº de componentes da família	Frequência	Total de componentes das famílias	Percentual (%)	Percentual acumulado (%)
1	4	4	1,3	1,3
2	21	42	13,8	15,1
3	27	81	26,6	41,6
4	19	76	24,9	66,6
5	9	45	14,8	81,3
6	6	36	11,8	93,1
7	3	21	6,9	100,0
Total	89	305	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação à faixa etária, considerada a população residente no assentamento, contemplando os componentes familiares, estando aí incluídos os próprios respondentes (chefes ou responsáveis), esposas, esposos, genros, filhos, noras, netos, netas, num total de 305 pessoas,

observa-se, na Tabela 8, que 43,8% das pessoas que residem no lote possuem menos de 34 anos. Entre 35 e 54 anos de idade, encontram-se 30,8% dos membros familiares. Isto representa que, no acumulado, 74,6% da população têm menos de 54 anos de idade.

Tabela 8 – Faixa etária da população pesquisada e residente no assentamento Lagoa Grande

Faixa etária (anos)	Total de componentes das famílias	Percentual (%)	Percentual acumulado (%)
Até 5 anos de idade	16	5,4	
De 6 A 15 anos	46	15,4	20,7
De 16 a 24 anos	38	12,7	33,4
De 25 a 34 anos	31	10,4	43,8
De 35 a 44 anos	38	12,7	56,5
De 45 a 54 anos	54	18,1	74,6
De 55 a 64 anos	42	14,0	88,6
De 65 a 74 anos	25	8,4	97,0
De 75 a 84 anos	8	2,7	99,7
Mais de 85 anos	1	0,3	100,0
Total	299	100,0	--
Não responderam	6	--	--
TOTAL	305	--	--

Fonte: Dados da pesquisa.

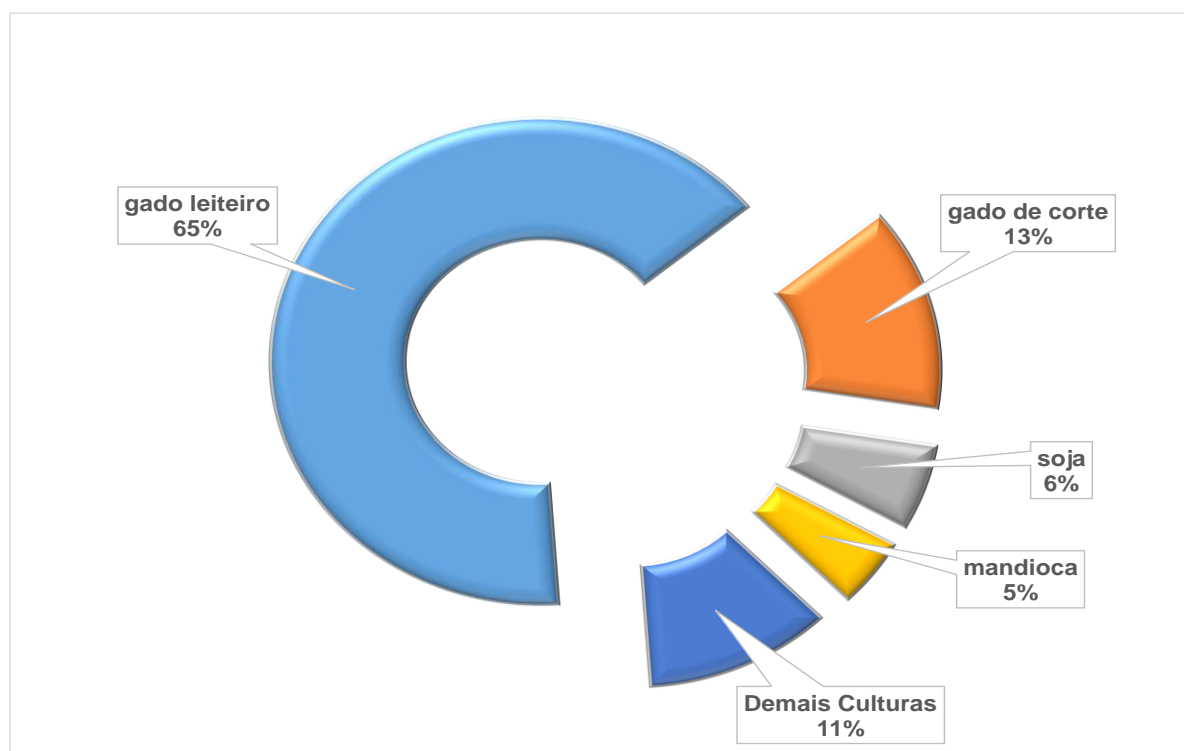
Quanto ao gênero, o grupo relacionado aos componentes das famílias demonstrou ser bem distribuído: 50,3% são do sexo feminino e 49,7% do sexo masculino, de acordo com os dados da pesquisa. Numa análise mais detalhada, observa-se que 80,3% das pessoas residentes no assentamento correspondem à população economicamente ativa (PEA), composta pelas pessoas com idade entre 10 e 65 anos, 11,0% no extremo inferior, menores de 10 anos, e 8,70% no extremo superior, com mais de 65 anos.

Atualmente, 72,1% dos responsáveis pelas famílias não trabalham fora da propriedade. Sendo que os demais exercem alguma atividade externa à propriedade, em diversas áreas, como: autônomo, com 7,4%; assalariado com carteira de trabalho assinada, com 4,4%; assalariado sem carteira de trabalho assinada, com 1,5%; e outros: diarista no próprio assentamento; diarista de fazenda; operador de colheitadeira; motorista de caminhão; professora e funcionário público concursado.

O baixo nível de renda na propriedade e a necessidade de prover minimamente as necessidades familiares levam a alternativas de complementação de renda fora da propriedade. Evidenciando, em muitos casos, o retorno à situação anterior ao assentamento.

No que se refere às atividades geradoras de renda nas propriedades, o gado leiteiro destaca-se em 65,2% delas, apresentando-se como principal atividade desenvolvida no assentamento (Figura 3). A criação de gado de corte está presente em 13,5% das propriedades estudadas.

Figura 3 – Principais atividades (culturas/criações) desenvolvidas nos lotes do Assentamento Lagoa Grande



Fonte: Dados da pesquisa.

Em terceiro lugar, destaca-se a cultura da soja, em 5,6% dos lotes, e da mandioca, em 4,5% das propriedades. As demais atividades correspondem a 11,2%, representados por diversas culturas/criações como: eucalipto, porcos, galinhas, milho, bezerros.

No que se refere às máquinas e equipamentos utilizados nas propriedades, verifica-se que, em 70,6% delas, havia até duas unidades, conforme a Tabela 9. No entanto, 27,9% das propriedades não possuem qualquer unidade, 26,5% possuem uma e 16,2% duas unidades.

No estudo, máquinas e equipamentos são representados por unidades rústicas que correspondem principalmente a carroças, arados, pulverizadores. As quais exigem bastante esforço físico dos seus usuários, dado que seu uso é manual e por meio da utilização de animais.

Tabela 9 – Quantidade de máquinas e equipamentos utilizados nas propriedades

Máquinas/equipamentos utilizados na propriedade (quantidade)	Quantidade de propriedades	Percentual (%)	Percentual acumulado (%)
0	19	27,9	27,9
1	18	26,5	54,4
2	11	16,2	70,6
3	7	10,3	80,9
4	6	8,8	89,7
5	3	4,4	94,1
6	3	4,4	98,5
7	1	1,5	100,0
Total	68	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação aos tipos de equipamentos, verificou-se na pesquisa que, em grande parte das propriedades, o principal item é a carroça, disponível em 44,1% das propriedades com uma unidade, seguida do item arado e do pulverizador, com 23,5%; a motosserra está disponível em 20,6% das propriedades, também com uma unidade cada, conforme a Tabela 10. Das propriedades que têm a carroça como tipo de máquinas e equipamentos, 36% também relacionaram o arado, seguido do pulverizador e da motosserra em 26%.

Tabela 10 – Tipos de máquinas e equipamentos utilizados nas propriedades do Assentamento Lagoa Grande

Tipo de máquinas/equipamentos encontrados nas propriedades	Quantidade	Percentual em relação ao número de propriedades pesquisadas (%)	Número de propriedades
Carroça	1	44,1	30
Arado	1	23,5	16
Pulverizador	1	22,1	15
Pulverizador	2	1,5	1
Motosserra	1	20,6	14
Trator	1	14,7	10
Grade	1	13,2	9
Plantadeira	1	11,8	8
Adubadeira	1	7,4	5
Roçadeira	1	7,4	5
Equipamento de Irrigação	1	1,5	1
Outro	1	14,7	10

Fonte: Dados da pesquisa.

Com uma unidade por propriedade, 14,7% das propriedades possuem trator, seguido de grade e plantadeira com 13,2% e 11,8% respectivamente, conforme a Tabela 10. Em uma das propriedades, verificou-se a existência de equipamento de irrigação, e sua principal atividade desenvolvida está relacionada ao gado leiteiro. A inclusão mínima de recursos tecnológicos no desenvolvimento das atividades pode minimizar riscos, com o intuito de homogeneizar a produção durante o ano, resultando em melhores preços médios finais.

Como já destacado, a atividade leiteira caracteriza-se pela principal atividade exercida no assentamento; percebe-se sua presença em 65,2% do total das propriedades que compõem o estudo, correspondendo a 58 propriedades. Observa-se em todo o processo a utilização da força física humana para a realização das atividades, resultando em desgaste das pessoas envolvidas e demora na conclusão dessas atividades.

Em relação à educação formal, dos chefes de famílias das propriedades que desenvolvem a atividade leiteira, representada pelo nível de escolaridade, conforme a Tabela 11, 44,8% possuem apenas a educação infantil incompleta (1ª à 5ª série); 12,1% possuem o ensino fundamental incompleto (6ª à 9ª série). Na totalização, 84,5% apresentam no máximo o ensino fundamental completo, evidenciando, de forma geral, uma baixa escolaridade.

Tabela 11 – Escolaridade dos respondentes responsáveis pelos lotes que apresentam como principal atividade o gado leiteiro

Escolaridade dos respondentes responsáveis pelos lotes	Propriedades que apresentam a principal atividade – gado leiteiro			
	Número de propriedades	Número de propriedades acumulado	Participação percentual (%)	Percentual acumulado (%)
Analfabeto	3	--	5,2	--
Alfabetizado	5	8	8,6	13,8
Ed. Infantil (1ª à 5ª) incompl.	26	34	44,8	58,6
Ed. Infantil (1ª à 5ª) compl.	5	39	8,6	67,2
Ens. fund. (6ª à 9ª) incompl.	7	46	12,1	79,3
Ens. fund. (6ª à 9ª) compl.	3	49	5,2	84,5
Ens. médio incompl.	3	52	5,2	89,7
Ens. médio compl.	2	54	3,4	93,1
Superior incompl.	2	56	3,4	96,5
Sup. completo	2	58	3,4	100,0
Total	58	--	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa.

Nas propriedades em que o gado leiteiro apresenta-se como atividade principal, em termos quantitativos de máquinas/equipamentos utilizados, conforme a Tabela 12, 26,8% não possuem qualquer unidade, sendo que 31,7% possuem uma máquina/equipamento, e 19,5% possuem duas. Destaca-se que 78% possuem no máximo duas máquinas/equipamentos.

Tabela 12 – Máquinas e equipamentos utilizados nas propriedades do Assentamento Lagoa Grande – atividade leiteira

Máquinas/Equipamentos utilizados na propriedade (quantidade)	Quantidade de propriedades	Percentual (%)	Percentual acumulado (%)
0	11	26,8	--
1	13	31,7	58,5
2	8	19,5	78,0
3	3	7,3	85,4
4	4	9,8	95,1
6	2	4,9	100,0
Total	41	100,0	--

Fonte: Dados da pesquisa.

4.2 A gestão como fator impulsionador de desenvolvimento

Este tópico apresenta aspectos relacionados à gestão, à importância de uma coordenação dos recursos humanos, materiais disponíveis ou disponibilizados e os acumulados com o esforço individual e coletivo para a viabilização das unidades familiares e, no conjunto, para a própria sustentabilidade do projeto de assentamento.

4.2.1 Associativismo – participação em associações

No assentamento, existem duas associações, sendo que a principal corresponde à Associação dos Moradores do Assentamento Lagoa Grande. Dos respondentes que participam de alguma associação, neste caso, a Associação dos Moradores do Assentamento Lagoa Grande, 44,9% participam por um período entre 10 e 15 anos. Sendo que a maioria (30,3%) participa há cerca de 15 anos, correspondendo ao início do assentamento, conforme a Tabela 13.

Tabela 13 – Tempo de participação na Associação dos Moradores do Assentamento Lagoa Grande

Tempo de associação	Número de respondentes	Percentual (%)
Até 1 ano	5	5,6
De 1 até 5 anos	5	5,6
De 5 até 10 anos	6	6,7
Mais de 10 até 15 anos	40	44,9
Não participam	30	33,7
Não responderam	3	3,3
TOTAL	89	100

Fonte: Dados da pesquisa.

A demonstração da distribuição dos respondentes em relação à sua participação em associações, evidenciada na Tabela 13, mostra que 66,2% participam de alguma associação, e estes participam da Associação dos Moradores do Assentamento Lagoa Grande; 33,7% não participam de qualquer tipo de associação. Dos que integram a Associação dos Moradores do Assentamento Lagoa Grande, observa-se, conforme a Tabela 14, que 50,8% possuem educação infantil incompleta (1ª à 5ª série); 39,0% até o ensino médio incompleto, sendo que, destes, 15,3% possuem o ensino fundamental incompleto (6ª à 9ª série) e 10,2% possuem o ensino fundamental completo (6ª à 9ª série). Complementando o grupo de respondentes, observa-se uma participação de 10,2% dividida entre ensino médio completo, superior incompleto e superior completo.

Em relação ao conhecimento dos direitos e deveres dos associados, 30,5% manifestaram-se no sentido de conhecê-los, enquanto 18,6% disseram não conhecer seus direitos e deveres. 50,8% optaram por não responder ao quesito.

Quanto à questão da associação atender às suas expectativas, de acordo com os dados da pesquisa, 20,3% manifestaram-se positivamente e 28,8% disseram que a associação não atende às suas expectativas, enquanto 50,8% optaram por não responder ao quesito. Embora o assentamento possua uma associação comunitária, inclusive com espaço físico específico para seu funcionamento, percebe-se que esta tem dificuldades em integrar os assentados e em viabilizar ações coletivas para viabilizar um processo de desenvolvimento.

Tabela 14 – Escolaridade dos participantes da Associação dos Moradores do Assentamento Lagoa Grande

Escolaridade	Participa da Associação dos Moradores do Assentamento Lagoa Grande			Não participam da associação		
	N	Percentual (%)	Percentual acumulado (%)	N	Percentual (%)	Percentual acumulado (%)
Não alfabetizado	2	3,4		3	10,0	
Alfabetizado	5	8,4		2	6,7	
Ed. Infantil (1ª à 5ª) incompl.	23	39,0		16	53,3	
Subtotal	30	50,8	50,8	21	70,0	70,0
Ed. Infantil (1ª à 5ª) compl.	5	8,4		3	10,0	
Ens. fund. (6ª à 9ª) incompl.	9	15,3		4	13,3	
Ens. fund. (6ª à 9ª) compl.	6	10,2		--	--	
Ens. médio incompl.	3	5,1		--	--	
Subtotal	23	39,0	89,8	7	93,3	23,3
Ens. médio compl.	2	3,4		2	6,7	
Superior incompl.	2	3,4		--	--	
Sup. completo	2	3,4		--	--	
Curso Técnico	--	--		--	--	
Subtotal	6	10,2	100	2	6,7	100
TOTAL	59	100,0	--	30	100,0	--

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação a ter algum cargo ou função na associação, 11,9% dos entrevistados dizem integrar a diretoria, sendo que a maioria evidenciou sua participação no conselho fiscal.

Quanto à participação em cooperativas, esta praticamente não existe por parte dos moradores do assentamento. Observa-se a participação de 2,2% (dois respondentes) do grupo em análise, sendo que um (1,1%) participa de uma cooperativa de atuação regional que não atende às suas expectativas. Este diz não conhecer seus direitos e deveres como cooperado, mas ao mesmo tempo reconhece que a participação é a principal forma de fortalecer a cooperativa.

4.2.2 Planejamento das atividades desenvolvidas na propriedade

Quanto à elaboração de algum tipo de planejamento, conforme a Tabela 15, sobre o que e quanto produzir, estando aí contemplada a questão da utilização dos recursos, tanto materiais quanto humanos, aliada ao momento de como e quando produzir na propriedade, 56,2% manifestaram-se positivamente no sentido de que fazem algum tipo de planejamento (51,7%) ou planejam conversando com os membros da família (3,4%). Não foi observada neste grupo a utilização de anotações na realização desses planejamentos. Observa-se que 43,7% não fazem qualquer planejamento relacionado às atividades desenvolvidas na propriedade.

Esta conjuntura indica que os responsáveis pelos lotes têm dificuldade para visualizar aspectos importantes do seu lote, como a locação dos recursos necessários ao processo de produção. O planejamento mínimo das atividades pode prever, antecipar dificuldades, necessidades relacionadas à própria atividade, desde o início, determinando o ciclo da cultura, compreendendo recursos materiais disponíveis, custeio, manutenção, colheita, armazenamento, formação dos indicadores de custos relacionados à distância dos principais polos consumidores ou agregação de valor e sua colocação no mercado.

O planejamento das atividades desenvolvidas, integra a própria gestão do lote e, por consequência, a do próprio assentamento, e sua integração com outras propriedades ou conjunto de propriedades da agricultura familiar geograficamente próximas, envolvendo aspectos técnicos, processos produtivos e comercialização. O que possibilitaria uma sinergia dos recursos aplicados e potencializados coletivamente.

Observa-se, na Tabela 15 e Figura 4, que, dos respondentes, 30,3% participaram pelos menos de um curso de capacitação nos últimos 12 meses; destes, 63,0% efetuam algum tipo de planejamento e 37,0% não efetuam nenhum tipo de planejamento. Em relação aos 69,7% que não participaram de nenhum curso de capacitação nos últimos 12 meses, 51,7% efetuam algum tipo de planejamento em sua propriedade e 46,7% dizem que não fazem qualquer tipo de planejamento

Tabela 15 – Planejamento das atividades desenvolvidas na propriedade e participação em cursos de capacitação

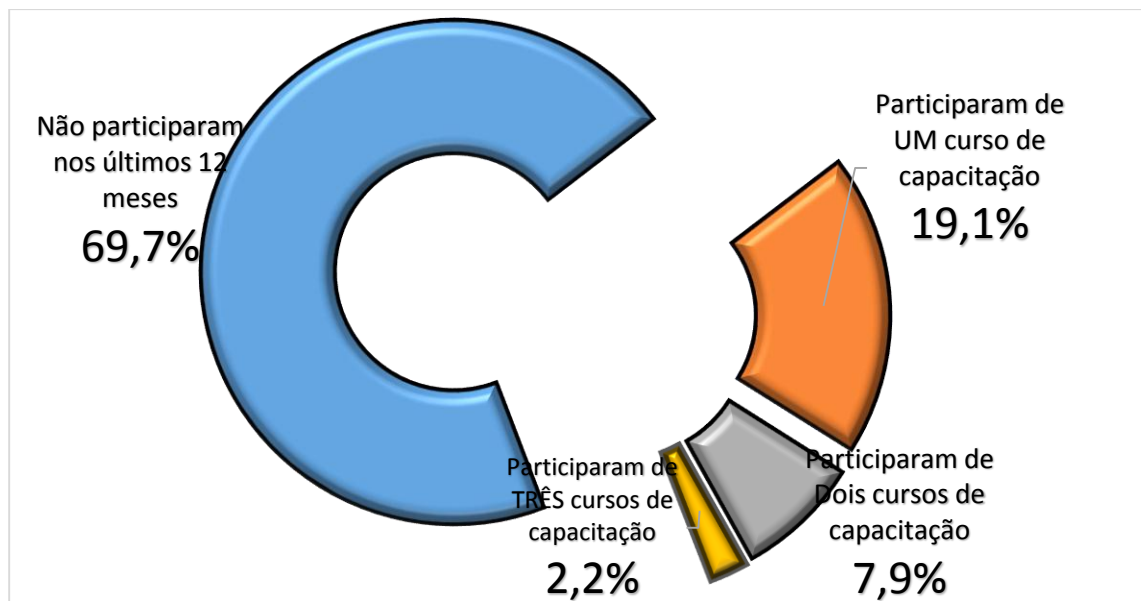
Existência de algum planejamento na propriedade sobre o que, quando e como produzir	Participação em cursos de capacitação – últimos 12 meses					
	Sim		Não		Total	
	N	Percentual (%)	N	Percentual (%)	N	Percentual (%)
-Não faz planejamento	10	37,0	28	46,7	38	43,7
-Sim, planeja	17	63,0	28	46,7	45	51,7
-Sim, planeja conversando com familiares	0	0,0	3	5,0	3	3,4
-Sim, planeja com anotações	0	0,0	1	0,0	1	1,1
Subtotal	27	25,4	60	74,6	87	100
Não responderam			2		2	
Total	27	30,3	62	69,7	89	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Considerando um nível mínimo de planejamento das atividades que ocorrem num empreendimento, a capacitação de seus gestores é uma das questões importantes na continuidade da atividade.

Estes fatores também foram detectados em estudo realizado por Tomas et al. (2012), em nove assentamentos do estado de Mato Grosso do Sul, constatando a ausência de planejamento das atividades e o não conhecimento da realidade do mercado como alguns dos motivos do baixo nível de desenvolvimento dos assentamentos que integram a pesquisa.

Figura 4 – Participação em cursos de capacitação nos últimos 12 meses, por parte dos moradores do Assentamento Lagoa Grande



Fonte: Dados da pesquisa.

4.2.3 Recebimento de algum tipo de assistência técnica nas propriedades

Em relação ao recebimento de algum tipo de assistência técnica, 18% do grupo estudado, conforme evidenciado na Tabela 16, dizem que recebem, e a grande maioria, correspondendo a 77,5%, diz que não recebe qualquer tipo de assistência técnica, sendo que 4,5% não responderam a este quesito. Do grupo que recebe algum tipo de assistência técnica, 98,9% manifestaram a AGRAER como agente e 1,1% a assistência técnica particular, sendo que 75,0% classificam a assistência técnica quanto à sua utilidade como boa ou ótima; 12,5% como regular; 12,4% como ruim.

Tabela 16 – Recebimento de assistência técnica nas propriedades do assentamento Lagoa Grande

Assistência técnica	N	Percentual absoluto (%)	Percentual relativo (%)	Percentual acumulado (%)
Recebe algum tipo de assistência	16	18,0	18,8	18,8
Não recebe qualquer tipo de assistência técnica	69	77,5	81,2	100,0
Subtotal	85	95,5	100	
Não responderam	4	4,5		
TOTAL	89	100,0	100	

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto à periodicidade, conforme a Tabela 17, do grupo que recebe algum tipo de assistência técnica, que representa 18% do total dos respondentes, observa-se que 26,7% a recebem mensalmente, 20,0% de forma semestral e 13,3% anualmente. O que significa que os produtores que recebem alguma assistência técnica representam 18% do grupo estudado; destes, 60% recebem num intervalo entre um mês e um ano e 4,5% não lembram.

Percebe-se, conforme as Tabelas 16 e 17, que os que não recebem qualquer tipo de assistência técnica e os que não lembram sua periodicidade representam 86,5% do grupo estudado, evidenciando uma situação de baixo nível de acompanhamento das atividades. Os dados apresentados, aliando o baixo nível de participação em cursos de capacitação e o baixo nível de acompanhamento por parte de algum tipo de assistência técnica relacionada às atividades desenvolvidas nas propriedades, podem dificultar a identificação de pontos que efetivamente possam auxiliar no desenvolvimento tanto da propriedade quanto do próprio assentamento.

Tabela 17 – Periodicidade em que a assistência técnica é prestada

Periodicidade em que recebe assistência técnica	N	Percentual Absoluto (%)	Percentual relativo (%)	Percentual acumulado (%)
Semanal	2	2,2	13,3	13,3
Quinzenal	1	1,1	6,7	20,0
Mensal	4	4,5	26,7	46,7
Semestral	3	3,4	20,0	66,7
Anual	2	2,2	13,3	80,0
Não lembra	4	4,5	20,0	100,0
Subtotal	16	18,0	100	
Não responderam	73	82,0		
TOTAL	89	100,0	100	

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação à forma como a assistência técnica é repassada, 46,7% dos que recebem algum tipo de assistência disseram ser individual e 53,3% de forma coletiva. Em se tratando da execução das atividades (instruções) repassadas, 33,3% disseram que as atividades (instruções) são executadas como as recebem da assistência técnica; 46,7% manifestaram que o fazem às vezes, e 20% simplesmente não executam as atividades como são repassadas pela assistência técnica.

Dos respondentes que não executam as instruções como são repassadas pela assistência técnica, os principais motivos apontados, conforme o Quadro 2, estão relacionados a um descompasso entre o que é oferecido pelos agentes da assistência técnica e a possibilidade de absorção por parte dos usuários dessa instrução. Considerando-se os fatores presentes no

assentamento, como baixo nível de escolaridade, a assistência técnica, principalmente via agente público, pode ser considerada um dos meios mais importantes no fomento ao capital social, na inserção de novos processos de produção, gestão, comercialização, e utilização de políticas públicas disponíveis para a agricultura familiar, ou seja, da transposição da teoria para a prática.

As dificuldades relacionadas ao acesso à assistência técnica também são detectadas por diversos estudos, destacando-se Guazioli et al., (2000). Os autores evidenciam dificuldades na adoção de estratégias que possam levar a inovações, incluindo novas tecnologias, formas diferenciadas de organização produtiva e de gestão do empreendimento familiar.

Quadro 2 – Observações prestadas por quem diz não executar as instruções como são repassadas pela assistência técnica

Produtor/ respondente	Observações prestadas por quem diz não executar as instruções como são repassadas pela assistência técnica
"a"	"algumas informações não estão de acordo com o que conhece"
"b"	"certas coisas o agricultor experiente sabe que não pode executar"
"c"	"não dão a assistência necessária"
"d"	"nem sempre dá certo"
"e"	"nem sempre é possível executar"
"f"	"segue algumas práticas"

Fonte: Dados da pesquisa.

Ainda, em relação a problemas que a assistência técnica poderia ajudar a resolver, aparecem: 13,2%, orientação quanto à melhoria da qualidade do solo e pastagens; 17,7%, projetos para melhoria da produtividade; e 7,4%, ensinamento de novas técnicas entre outros. O que demonstra conhecimento relacionado aos fatores que interferem na produtividade do lote como um todo.

Em relação ao controle dos fluxos de receitas e despesas, 53,9% dos integrantes da pesquisa dizem que, de uma ou de outra forma, fazem esse controle; no entanto, 39,3% controlam manualmente e com anotações, 1,1% se utilizam de um escritório de contabilidade. 13,5% efetuam algum controle, mas sem anotações (conversando com os familiares ou “controle de cabeça”) e 46% não fazem controle das receitas e despesas, conforme a Tabela 18.

Estes números estão em consonância com o planejamento das atividades desenvolvidas na propriedade, demonstram dificuldades individuais com reflexos coletivos em acompanhar a

dinâmica do fluxo do processo produtivo em relação aos recursos envolvidos. Isso pode resultar num descompasso quantitativo e temporal relacionado à necessidade dos recursos entre sua obtenção e sua aplicação.

Tabela 18 – Controle das Receitas e Despesas – nas propriedades do Assentamento Lagoa Grande

Controle das Receitas e Despesas	Número de respondentes	Percentual (%)	Percentual acumulado (%)
Controla manualmente (com anotações)	35	39,3	-
O controle é efetuado pelo escritório de contabilidade	1	1,1	40,4
Faz o controle conversando com os familiares	4	4,5	44,9
Faz o controle de cabeça	8	9,0	53,9
Não faz controle das receitas e despesas	41	46,1	100,0
TOTAL	89	100	-

Fonte: Dados da pesquisa.

Embora somente 1,1% do grupo estudado apresente um escritório de contabilidade para efetuar seus controles relacionados às receitas e despesas, 42,7% dizem utilizar-se dos serviços profissionais de um contador e 57,3% não se utilizam.

Na distribuição dos tipos de serviços contábeis utilizados, conforme a Tabela 19, destaca-se a grande maioria dos que identificaram os serviços (78,9%) ao atendimento de exigências legais, fiscais ou tributárias, relacionadas ao preenchimento de guias, formulários solicitados por algum agente público em suas diversas esferas (União, estado, município).

No grupo pesquisado, 56,8% consideram como sendo importante o apoio do profissional em contabilidade, principalmente para auxiliar no controle financeiro da propriedade. Contudo, percebe-se a falta de condições financeiras para custear esse tipo de serviço.

Tabela 19 – Tipos de serviços de profissionais de Contabilidade utilizados nas propriedades do Assentamento Lagoa Grande

Serviços de profissionais	Número de respondentes	Percentual (%)	Percentual acumulado (%)
Declaração Anual de produtor DAP)	25	39,3	-
Guias de forma geral (encargos)	3	1,1	40,4
Serviços gerais	2	4,5	44,9
Não identificaram os serviços	8	9,0	53,9
TOTAL	38	100	-

Fonte: Dados da pesquisa.

A falta da aplicação do raciocínio básico de contabilidade, principalmente relacionado aos controles, registros de valores e volumes, para situar os eventos no tempo e seu acompanhamento temporal, pode representar entrave importante no atendimento das noções básicas de desenvolvimento. O desenvolvimento básico do raciocínio contábil integra a capacitação gerencial dos proprietários dos lotes do assentamento, não podendo ser um procedimento pontual, mas, sim, um processo contínuo e de longo prazo integrado num projeto de desenvolvimento do assentamento.

Em relação à renda da propriedade, 82,4% disseram ser menor do que 3 salários mínimos, sendo que 60,3% apresentaram uma renda igual ou inferior a 1 salário mínimo. Apenas 7,4% recebem mais de 3 salários mínimos, correspondendo a 5 propriedades.

Dos respondentes, 25,8% dizem exercer alguma atividade fora da propriedade, a buscar uma renda complementar, (sob a forma de salário mensal, pensão, diarista, aluguel, bolsa família, autônomo) e destes, 82,4% conseguem até 2 salários mínimos. No entanto, 44,1% apresentaram menos que 1 salário mínimo.

Em relação à renda geral da propriedade, esta é complementada via atividades e fontes diversas (empregos públicos no estado, diarista, empregado de fazenda, operador de máquina em usina, pedreiro, transporte escolar, doméstica, bolsa família, aposentadoria...) dos componentes familiares.

4.3 Programas disponibilizados integrantes de políticas públicas

Em relação aos programas disponibilizados por políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, 46,1% do grupo estudado dizem conhecer algum desses programas. 51,7 manifestaram que não conhecem e 2,2% não responderam.

Quanto à identificação de algum programa voltado para a agricultura familiar, 69,7% não responderam e, quando identificado, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) aparece com 9%. Outros programas importantes voltados para a última etapa do processo, que é a comercialização, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), aparecem com 3,3%.

No conjunto, percebe-se uma baixa inserção desses programas como um todo no assentamento, e dos motivos apresentados, evidenciados no Quadro 3, o principal deles é a falta de conhecimento desses programas, com 31,5%. Algumas observações prestadas por diversos produtores são apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3 – Observações prestadas por quem não participa de programas voltados para a agricultura familiar

Produtor/ respondente	Observações prestadas por quem não participa destes programas
"a1"	"falta de conhecimento"
"b1"	"muita burocracia"
"c1"	"não chega no assentamento"
"d1"	"ouviu falar que deu problemas"
"e1"	"porque não divulgam"
"f1"	"não sabe como funciona"

Fonte: Dados da pesquisa.

Dos que participam ou participaram dos programas voltados para a agricultura familiar, 16,9% evidenciaram a inexistência de acompanhamento por parte dos órgãos ou agências envolvidas; 7,9% manifestaram que existe este acompanhamento, mas a maioria somente no início e na modalidade de visitas técnicas, e 75,3 % não responderam.

Estes dados ratificam a baixa inserção dessas políticas públicas no Assentamento Lagoa Grande, inicialmente pelo desconhecimento, de uma forma geral, sobre os mesmos, e, num segundo momento, pelo não acompanhamento do processo como um todo. O que evidencia um distanciamento dos agentes envolvidos.

Em relação à utilização de recursos disponibilizados por políticas públicas, conforme a Quadro 4, percebe-se que 97,7% dos respondentes já utilizaram esse tipo de recursos, sendo o principal, com 97,7%, oriundo do PRONAF e, destes, 73,3% ainda estão em andamento.

Quadro 4 – Financiamentos das atividades na propriedade

Utiliza/utilizou financiamentos na atividade	TIPO						SITUAÇÃO									
	PRONAF		outro		Total		quitado		Subtotal		andamento		Subtotal		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
sim	43	97,7%	1	2,3%	44	100,0%	12	26,7%	12	26,7%	33	73,3%	33	73,3%	45	100,0%
não	1	100,0%	0	0,0%	1	100,0%	1	100,0%	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%
Total	44	97,8%	1	2,2%	45	100,0%	13	28,3%	13	28,3%	33	71,7%	33	71,7%	46	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto às fontes de informação utilizadas, 59,6% dizem utilizar os meios de comunicação na busca de informações que possam auxiliar na gestão da propriedade. Com destaque para a televisão como principal meio com 53,9%, seguido pelo rádio com 5,6%; os demais dizem não utilizar os meios de comunicação (40,4%).

Dos respondentes, 66,2% dizem possuir recursos de terceiros, financiamentos, dos quais 64,7% possuem o PRONAF (sendo a maioria 51,5% do tipo “A”) e 48,5% estavam em andamento no momento da pesquisa. Sendo esses recursos destinados principalmente à compra de gado, aplicação na residência e reforma de pastagens.

Quanto à origem da água utilizada, 41,2% têm a rede pública, 44,1% utilizam-se de poço artesiano (ou semiartesiano) e 14,7% de poço comum. No assentamento, não há posto de saúde ou ponto de atendimento. Para cuidar da saúde, as pessoas dependem de um posto de saúde no distrito de Itahum. Em relação à utilização de algum plano de saúde, 52,9% dizem possuir algum e 47,1% não possuem.

Em 42,6% das propriedades, existe algum tipo de nascente ou córrego no lote; isto pode ser considerado um aspecto importante, um diferencial, principalmente se acompanhado de uma conscientização de sua importância e da necessidade de adoção de práticas de gestão ambiental adequadas. Em relação às práticas de preservação ambiental dos respondentes, 20,6% simplesmente não adotam essa prática, o que pode representar um entrave no desenvolvimento de forma sustentável das propriedades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora se conheça a importância da agricultura familiar no contexto socioeconômico e do próprio agronegócio no Brasil, no Assentamento Lagoa Grande, os proprietários, além das complexas questões e da dinâmica inerentes à própria essência da agricultura familiar, necessitam gerir suas atividades em condições potencializadas por situações adversas, algumas de origem interna, outras de origem externa. Destacam-se: baixo nível de escolaridade do grupo como um todo; transporte precário aliado à distância em relação à sede do município; acesso deficiente à educação e saúde; incipiente assistência técnica; ausência de titulação definitiva das propriedades (dificultando iniciativas que exijam esta situação regularizada); pouca agregação de valor aos produtos originários; associativismo com dificuldades de atender às necessidades dos seus “sócios”. Fatores esses que resultam numa gestão com muitas dificuldades no enfrentamento de problemas da propriedade e nas questões coletivas e institucionais relacionadas ao poder público.

A unidade estudada apresenta responsáveis com baixo nível de escolaridade, sendo que a maioria dos respondentes (67,2%) possui apenas a educação infantil completa (1ª à 5ª série), o que leva a entender as dificuldades de leitura, interpretação e de relacionamento de fatores, dificultando a transposição de aspectos teóricos para situações concretas. O que se reflete na maneira como lidam com questões relacionadas à produção e comercialização, bem como ambientais e sociais observadas na atividade rural, dificuldades que podem ser potencializadas numa pequena propriedade rural.

Chama-se a atenção para a existência de familiares (8,9%) dos respondentes com escolaridade entre o ensino médio completo e ensino superior completo. O que é muito positivo e evidencia possibilidades futuras de melhor entendimento da realidade do assentamento e sua conjuntura, das necessidades e exigências do consumidor, e da importância da busca de informações e seu compartilhamento, no sentido de adotar novos processos e formas de gerenciar a atividade.

Percebe-se que, na maioria das propriedades, a gestão é efetuada com baixo nível de planejamento e no curtíssimo prazo. Tanto sob o aspecto individual, quanto na busca de sinergia no conjunto das propriedades ou assentamentos com proximidade geográfica.

É praticamente inexistente a coleta de informações relacionadas à propriedade. A grande maioria não adota qualquer procedimento de registro dos dados relacionados a questões de produtividade, fluxo de recursos, receitas e despesas, investimentos necessários, levando a uma situação em que as decisões tomadas não estão calcadas em fatos minimamente organizados e

sistematizados, mas sim no que é possível “lembrar” naquele momento. Esta situação pode levar ao distanciamento da realidade em relação aos fatos ocorridos e seus reflexos no tempo, como, por exemplo, financiamentos recebidos e seus respectivos encargos e prazos de pagamento.

Percebe-se uma estrutura, no conjunto do assentamento, bastante descapitalizada, baixo poder de geração de renda e uso incipiente de tecnologias compatíveis e adequadas à agricultura familiar. Com necessidade generalizada de recursos para recuperação de áreas cultiváveis, proteção de áreas ambientais, investimentos em equipamentos, desenvolvimento e agregação de valor à produção local, e capacitação de gestores.

Em relação às políticas públicas, principalmente as contempladas pelo PRONAF, embora disponibilizadas com encargos financeiros subsidiados, sua efetivação necessita de um esforço prático de inclusão, pois a maioria dos participantes da pesquisa, embora necessitando, não tem acesso a elas. Isto ocorre ora por questões de informação, ora por simples desconhecimento, ora pelos mecanismos de garantia (aval cruzado) imposto pelos agentes financeiros, ora por não conseguir preencher as exigências burocráticas impostas. Essas dificuldades são ainda potencializadas pela baixa participação efetiva de forma coletiva (via associação, cooperativas) e pela distância física dos agentes envolvidos, como AGRAER, Secretaria da Agricultura Familiar/Prefeitura Municipal de Dourados e agentes financeiros.

Em relação à comercialização dos produtos oriundos das propriedades, embora disponibilizados diversos programas, os quais, de uma ou de outra forma, visam diminuir os riscos inerentes à atividade, entre eles o PAA e destacando-se o PNAE, percebe-se que os mesmos praticamente não são utilizados.

Cabe destacar que, em relação ao acesso a recursos, em seus diversos formatos e modalidades, disponibilizados via políticas públicas, a situação está sendo alterada com a aproximação de alguns produtores com entidades de pesquisa e extensão (UFGD, EMBRAPA), propiciando estudos relacionados à identificação de entraves, potencialidades e agregação de valor aos produtos oriundos do assentamento. Esta inserção acontece por meio de projetos de extensão, com intensidade na capacitação dos integrantes e imersão na realidade do assentamento.

É possível perceber ciclos com tentativas de projetos segmentados, projetos “prontos”, ora voltados a alguns produtores de “leite”, ora “mandioca”, “peixe”. Mas não se identifica uma forma clara e contínua de construção conjunta de um processo de desenvolvimento, de uma política de inserção no contexto local e regional.

Todas as iniciativas, quer públicas ou privadas, são válidas, desde que com o intuito de aumentar o grau de liberdade de quem delas se utiliza. Ou seja, buscando sua autonomia, diminuindo a possibilidade de oportunistas e procurando não criar raízes de dependência perpétua, quer na dimensão social, econômica ou política.

Em relação às limitações deste estudo, estão relacionadas à própria natureza do estudo e à extensão de seus resultados a outros empreendimentos relacionados à agricultura familiar. No entanto no contexto estudado, vislumbra-se a possibilidade de estudos futuros, destacando-se os temas a seguir:

- Considerando-se que a educação desempenha um papel muito importante na formação do cidadão, quer seja na vida social, cultural e profissional, mereceria um estudo a relação entre objetivos e metas propagadas no sistema educacional e sua efetiva implementação na vida do cidadão assentado e a averiguação quanto aos problemas remanescentes relacionados à educação formal, se, de uma ou de outra forma, não estão sendo replicados.

- Sugere-se a criação de uma base de dados específicos do assentamento para a elaboração de um conjunto de indicadores econômicos, sociais e ambientais que possam contribuir para a elaboração de políticas públicas e subsidiar a atuação dos agentes relacionados com a agricultura familiar em seus diversos níveis.

- Um possível estudo estaria relacionado aos reflexos das decisões tomadas hoje sobre o futuro do assentamento, nas suas diversas dimensões (econômica, social, ambiental e institucional), e sobre a continuidade dos componentes familiares na lida rural.

- Outro estudo estaria relacionado ao desenvolvimento e aplicação (de forma colaborativa) de instrumentos intuitivos, relacionados a aspectos de controles, que possam auxiliar no processo decisório no âmbito das propriedades de forma individual e coletiva.

A alteração da realidade do assentamento passa pela pesquisa, desenvolvimento, proposição e utilização de tecnologias que se apliquem às condições destes usuários e suas necessidades. O que implica em formatos acessíveis às pessoas que efetivamente vão utilizá-las, no conjunto, na gestão adequada destes componentes.

REFERÊNCIAS

- ASSUNCAO, J.; CHEIN, F. Condições de crédito no Brasil rural. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 45, n. 2, jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032007000200006&script=sci_arttext>. Acesso em: 23 jun. 2013.
- BRASIL. Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 2 dez. 2012.
- BRASIL. Decreto 84.685, de 6 de maio de 1980. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p. 8050, 7 maio 1980. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-84685-6-maio-1980-434098-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 2 dez. 2012.
- BRASIL. Lei 11.947, de 16 de junho de 2009. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, 17 jun. 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm>. Acesso em: 2 dez. 2012.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar – MDA/SAF. **Plano de Safra da agricultura familiar – 2012-2013**: Quadro resumo de crédito do Pronaf 2012/2013. Brasília: MDA/SAF, 2012. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/plano-safra/xowiki/quadro>>. Acesso em: 10 jul. 2013.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar – MDA/SAF. **Plano de Safra da agricultura familiar – 2014-2015**: Quadro resumo de crédito do Pronaf 2014/2015. Brasília: MDA/SAF, 2014. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_20/tabelas.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2014.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar – MDA/SAF. **Manual do agente emissor de declaração ao PRONAF – 2014**. Brasília: MDA/SAF, 2014. Disponível em: <<http://smap12.mda.gov.br>>. Acesso em: 16 abr. 2014.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Cartilha para conselheiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. 5. ed. Brasília: TCU, 2010. 50p. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2056874.PDF>>. Acesso em: 30 jul. 2013.
- BATALHA, M. O. et. al. Tecnologia de Gestão e Agricultura Familiar. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42. , 2004, Cuiabá-MT. 2004.
- CALLADO, A. A. C.; CALLADO, A.L.C. Custos: um desafio para a gestão do agronegócio. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 6., 1999, São Paulo, SP. **Anais...** Disponível em: <http://www.congressodecustos.com.br/texto/viewpublic?ID_TEXTO=822>. Acesso em: 3 maio 2013.
- CANUTO, A. Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade. **Revista Nera**, a. 7, n. 5, ago./dez. 2004. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/05/1_antonio_canuto.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2013.

CASTRO A. M. G. de.; LIMA, S. M. V.; CRISTO, C. M. P. N. Cadeia Produtiva: Marco Conceitual para Apoiar a Prospecção Tecnológica. In: SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 22., 2002, Salvador-BA. **Anais...** Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1197031881.pdf>. Acesso em: 5 maio 2013.

CYNTRÃO, F. M. C. **Programa de aquisição de alimentos (PAA): uma comparação entre dois Estados do Brasil**. 2002. 80 f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1164/1/DISSERTACAO_2008_FelipeCyntraoMCorraea.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2013.

CREPALDI, S.A. **Contabilidade Rural: uma abordagem decisória**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

CRISTÓVAM, J. S. Breves considerações sobre o conceito de políticas públicas e seu controle jurisdicional. **Jus Navigandi**, Teresina, a. 9, n. 797, 8 set. 2005. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/7254/breves-consideracoes-sobre-o-conceito-de-politicas-publicas-e-seu-controle-jurisdicional>>. Acesso em: 30 jul. 2013.

DANIEL, O.; VITORINO, A. C. T.; VERONESI, C. O.; QUEIROZ, L. S. Avaliação do uso da terra por meio de imagens Ikonos: o caso do Assentamento Fazenda Nova Lagoa Grande, MS. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Cruz Alta, RS, v. 3 - suplemento (especial), 2008.

DE CONTI, B. M.; ROITMAN, F. B. Pronaf: uma análise da evolução das fontes de recursos utilizadas no programa. **Revista do BNDES**, v. 35, p. 131-138, jun. 2011.

FARIA, V. P. de. O que é tecnologia na pecuária de Leite. **Revista Balde Branco**, São Paulo, a. XL, n. 480 A, p. 64-65, nov. 2004.

GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 45, n. 2, jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032007000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 jun. 2013.

GUANZIROLI, C.; CARDIM, S. E. (Coord.). **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil redescoberto**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA, fev/2000. 74 p. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/fao/pub3.html>>. Acesso em: 30 jul. 2013

GUILHOTO, J. J. M.; ICHIHARA, S. M.; SILVEIRA, F. G.; DINIZ, B. P. C.; MOREIRA, G. R. C. A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 35., Brasília, 2007. **Anais...** Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A089.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2013.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais: Encontros Nacionais da ANPUR**, v. 9, 2013. Disponível em <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/2314/2261>> Acesso em: 8 maio 2014.

HOFER, E.; PACHECO, V.; SOUZA, A.; PROTIL, R. M. A relevância do controle contábil para o desenvolvimento do agronegócio em pequenas e médias propriedades rurais. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v. 3, n. 1, p. 27-42, jan./abr. 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. Diretoria de obtenção de terras e implantação de projetos de assentamento – DT. Coordenação Geral de Implantação – DTI – SIPRA. **Projetos de reforma agrária conforme fases de implantação**. 2014. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/relacao-de-projetos-de-reforma-agraria/file/1115-relacao-de-projetos-de-reforma-agraria>>. Acesso em: 12 maio 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. Diretoria de obtenção de terras e implantação de projetos de assentamento – DT. Coordenação Geral de Implantação – DTI – SIPRA. **Assentamentos de trabalhadores(as) rurais**. 2013. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria/file/1148-familias-assentadas>>. Acesso em: 13 maio 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. Diretoria de obtenção de terras e implantação de projetos de assentamento – DT. Coordenação Geral de Implantação – DTI – SIPRA. **Projetos de reforma agrária**. 2012. Disponível em: <<http://www.INCRA.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-doINCRA/relacao-de-projetos-de-reforma-agraria>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo agropecuário 2006: Agricultura Familiar – Primeiros Resultados**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995_1996/default.shtm>. Acesso em: 27 out. 2011.

IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da Contabilidade**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

KASSAI, S. As empresas de pequeno porte e a contabilidade. **Caderno de estudos**, São Paulo, v. 9, n. 15, p. 60-74, jan./jun. 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cest/n15/n15a04.pdf>>. Acesso em: 3 fev. 2014.

KITAGAWA, A. A. do V.; SORNBERGER, G. P. Diagnóstico sobre a utilização da contabilidade na gestão das propriedades pecuárias de médio porte do município de Marcelândia-MT. **Revista Contabilidade & Amazônia**, Sinop, v. 3, n. 1, 2010. Disponível em: <http://www.contabilidadeamazonia.com.br/artigos/artigo_64artigo_8.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2011.

LAMAS, F. M. et al. **Diagnóstico dos assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul**. Dourados, MS: Embrapa Agropecuária Oeste. 2000b. 32 p. (Embrapa Agropecuária Oeste, Documentos 18)

MALUF, R.; MATTEI, L.. Elementos para construção de uma agenda de políticas públicas para o enfrentamento da pobreza rural. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Orgs.). **Pobreza Rural: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas**. Brasília: IICA, 2011. p. 15-26. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável: Edição Especial). Disponível em: <http://iicaforumdrs.org.br/iica2011/adm/arquivosup/7f0aa1166c4e661e905af4c327acfb95Edicao%20Especial_Serie%20DRS.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2013.

MARION, J. C. **Contabilidade Empresarial**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MOREIRA, G. D. V. **Agricultura familiar e agronegócio na fronteira: o caso do assentamento rural Dorcelina Folador**. 2005. 120 f. Dissertação (mestrado em Agronegócios) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Universidade de Brasília; Universidade Federal de Goiás. Campo Grande; Brasília; Goiânia, 2005. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=31239>. Acesso em: 15 jul. 2013.

NEUKIRCHEN, L. C.; ZANCHET, A.; PAULA, G. de. **Tecnologia de gestão e rentabilidade na pequena propriedade rural: estudo de caso**. Marechal Cândido Rondon, PR: Unioeste, 2006. Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/2/506.pdf>. Acesso em: 6 out. 2012.

PEDROSO, M. C. Uma metodologia de análise estratégica da tecnologia. **Gest. Prod.**, São Carlos, v. 6, n. 1, abr. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v6n1/a05v6n1.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2012.

PEREIRA, Z. V.; FERNANDES, S. S. L.; SANGALLI, A.; MUSSURY, R. M. Usos múltiplos de espécies nativas do bioma Cerrado no Assentamento Lagoa Grande, Dourados, Mato Grosso do Sul. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 7, n. 2, p. 126-136, 2012.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REBOUÇAS, M. A.; DE LIMA, V. L. A. Caracterização socioeconômica dos agricultores familiares produtores e não produtores de mamão irrigado na agrovila Canudos, Ceará Mirim (RN). **HOLOS-ISSN 1807-1600**, v. 2, p. 79-95, 2013. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1338>>. Acesso em: 12 maio 2014.

REZENDE, C. L.; ZYLBERSZTAJN, D.; Uma análise da complexidade do gerenciamento rural. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO – SEMEAD, 4., 1999. **Anais...** Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/semead/4semead/artigos/Adm_geral/Rezende_e_Zylbersztajn.PDF>. Acesso em: 12 mai. 2014.

ROSSI, F. R. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da agricultura familiar no município de São Carlos: impactos socioeconômicos nos agricultores familiares beneficiários**. Dissertação (mestrado em Engenharia de Produção) – Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2012. Disponível em: <http://www.bdt.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5465>. Acesso em: 12 mai. 2014.

SÁ, A. L. de. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1998.

SABOURIN, E. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? **Sociedade e estado**, Brasília, v. 22, n. 3, dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922007000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 maio 2013.

SANGALLI, A. R. **Assentamento Lagoa Grande, em Dourados, MS: aspectos socioeconômicos, limitações e potencialidades para o seu desenvolvimento**. Dissertação (mestrado em Agronegócios) – FACE-UFGD, Dourados, MS, 2013. Disponível em: <<http://www.ufgd.edu.br/face/mestrado-agronegocios/downloads/dissertacao-adriana-1>>. Acesso em: 30 jun. 2013.

SANTOS, G. J. dos; MARION, J. C. **Administração de custos na agropecuária**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

SANTOS, L. M. P. et al. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período 1995-2002: 4 - Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Cad. Saúde Pública** [online], Rio de Janeiro, v. 23, n. 11, p. 2681-2693. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007001100016>. Acesso em: 27 jan. 2014.

SILVA, J. G. da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estud. av.** [online]. v.15, n. 43, p. 37-50, set./dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300005&script=sci_arttext>. Acesso em: 27 jan. 2014.

SILVA, J. G. da; GROSSI, M. Del; CAMPANHOLA, C. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 19, n.1, p. 37-67, jan/abr. 2002. Disponível em: <<http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8795/4938>>. Acesso em: 3 fev. 2014.

SZUSTER, N. et al. **Contabilidade geral: Introdução à contabilidade Societária**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

TOMAS, R. N.; SPROESSER, R. L.; BATALHA, M. O. Convenções, capital social e desenvolvimento efetivo na agricultura familiar: o caso de Mato Grosso do Sul. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 14, n. 3, p. 409-425, 2012. Disponível em: <http://200.131.250.22/revistadae/index.php/ora/article/view/574/383>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

VESTENA, F. da S.; NOVAES, A. L.; HALL, R. J.; CORRÊA, F. T. de B. S.; LOPES, A. C. V. Análise da utilização de ferramentas contábeis e gerenciais de controle financeiro no ramo do agronegócio na região da grande Dourados-MS. **INGEPRO - Inovação, Gestão e Produção**, v. 3, n. 1, p. 30-42, jan. 2011. Disponível em: <http://www.ingepro.com.br/Publ_2011/Jan/Artigo%20327%20pg%2030-42.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2012.

YAMAMOTO, M. M.; PACCEZ, J. D.; MALACRIDA, M. J. **Fundamentos de contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2011.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

WANDERLEY, M. N. Alcances e limites das políticas de desenvolvimento rural para o combate a pobreza. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Orgs.). **Pobreza rural**: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas. Brasília: IICA, 2011. p. 105-107. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável: Edição Especial). Disponível em: <http://iicaforumdrs.org.br/iica2011/adm/arquivosup/7f0aa1166c4e661e905af4c327acfb95Edicao%20Especial_Serie%20DRS.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2013.

APÉNDICE A



QUESTIONÁRIO SOCIECONÔMICO E AMBIENTAL DO ASSENTAMENTO LAGOA GRANDE

I – IDENTIFICAÇÃO

Data da Entrevista: ____/____/____.

1. Nome da propriedade (opcional): _____
2. É proprietário da terra em que produz? () Sim () Não <i>(se negativa, vá para a questão 3)</i>
2.1 Como adquiriu o lote: () INCRA () Terceiros 2.2 Ano de aquisição do lote: _____
2.3 É o primeiro proprietário: () Sim () Não 2.4 Tem documento de titularidade do lote: () Sim () Não 2.4.1 Qual? _____ <i>(vá para a questão 4)</i>
3. Qual a sua condição de exploração da terra? () Arrendatário () Ocupante () Outra _____
4. Escolaridade: _____
5. Nascimento: ____/____/____ 5.1 Cidade/estado: _____
6. Estado Civil: () Solteiro(a) () Casado(a) () Separado(a) () Viúvo(a) () Junto(a)
7. Há quanto tempo mora no assentamento? _____ anos ou desde: _____
8. Há quanto tempo trabalha no meio rural? _____ anos ou desde: _____
9. Qual foi sua principal ocupação no meio rural antes do assentamento? () nenhuma () empregado de fazenda () diarista () arrendatário () meeiro () agricultor proprietário () Outra _____
10. Já trabalhou fora do meio rural? () Sim () Não 10.1 Em que função? _____
11. Comparando a função antes da ocupação do lote com a atual, a situação melhorou? () Sim () Não () melhorou muito () melhorou pouco
12. Atualmente trabalha fora da propriedade: () Sim () Não <i>(se negativa, vá para a questão 13)</i>

12.1 Em qual categoria? <input type="checkbox"/> Autônomo(a) <input type="checkbox"/> Assalariado(a) c/carteira assinada <input type="checkbox"/> Assalariado(a) s/carteira assinada <input type="checkbox"/> Outra _____					
13. Incluindo você, quantas pessoas moram na propriedade? _____					
13.1 Demais membros que compõem a família:					
Sexo (Masculino/Feminino)	Idade (anos)	Parentesco	Estuda	Escolaridade	Trabalha fora da propriedade
<input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F			<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F			<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F			<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F			<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F			<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
14. Alguma(s) dessa(s) pessoas trabalha(m) fora da propriedade? _____					
14.1 Em que função/atividade? _____					
15. Renda da Propriedade: <input type="checkbox"/> Menos de 1 SM (menos de R\$ 622,00) <input type="checkbox"/> 1 SM (R\$ 622,00) <input type="checkbox"/> De 1 a 2 SM (De R\$ 622,00 até R\$ 1.244,00) <input type="checkbox"/> De 2 a 3 SM (De R\$ 1.244,00 até R\$ 1.866,00) <input type="checkbox"/> Mais de 3 SM (mais de R\$ 1.866,00)					
16. Complementação de renda? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <i>(Se negativa, vá para a questão 17)</i>	<input type="checkbox"/> Salário mensal <input type="checkbox"/> Aposentadoria <input type="checkbox"/> Pensão <input type="checkbox"/> Diarista <input type="checkbox"/> Comércio <input type="checkbox"/> Aluguel				
	Bolsa: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Bolsa família Outra(s) _____ Beneficiário(s) _____ _____				
16.1 Renda Complementar: <input type="checkbox"/> Menos de 1 SM (menos de R\$ 622,00) <input type="checkbox"/> 1 SM (R\$ 622,00) <input type="checkbox"/> De 1 a 2 SM (De R\$ 622,00 até R\$ 1.244,00) <input type="checkbox"/> De 2 a 3 SM (De R\$ 1.244,00 até R\$ 1.866,00) <input type="checkbox"/> Mais de 3 SM (mais de R\$ 1.866,00)					
17. Total de renda média familiar em SM: R\$ _____					

18. Possui financiamentos relacionados à propriedade? () Sim () Não (<i>se negativa, vá para a questão 17</i>)	
18.1 () PRONAF () Outro _____	18.2 Ano(s) do recebimento do recurso: _____
18.3 Modalidade do Pronaf recebido: () A () B () C () A/C () Outro(s) _____	
18.4 Onde foi utilizado o recurso? _____	
18.5 Valor atual da dívida: R\$ _____	18.6 Período que falta para quitação: _____

II - ÁREA SOCIAL / AMBIENTAL

19. Área (ha): _____	19.1. Quanto de área plantada: _____
19.2 Quanto de área preservada: _____	19.3 Área ocupada pela sede: _____
20. Nº de casas no lote: _____ () acabada(s) () semi-acabada(s) () em construção(s)	
21. Material predominante na construção: () Alvenaria () Madeira () Lona () Outra _____	
22. Origem da água: () Rede pública () Poço comum () Poço artesiano () Nascente () Açude () Outra _____	
23. Possui Plano de Saúde? () Sim () Não Qual? _____	
24. Há nascente ou córrego no lote? () Sim () Não	
25. Possui área de preservação permanente (APP)? () Sim () Não	
26. Possui reserva legal? () Sim () Não	
27. Que tipos de práticas de preservação ao meio ambiente utiliza? _____ _____ _____	
28. Tem outra área arrendada? () Sim () Não	
28.1 Neste assentamento? () Sim () Não	
28.2 Nº lote: _____	28.3 Tamanho da área arrendada: _____

29. BENS DURÁVEIS CONSTANTES NO DOMICÍLIO (colocar a quantidade no parêntese, 0 para nenhum item):

<input type="checkbox"/> veículo	<input type="checkbox"/> motocicleta	<input type="checkbox"/> motor diesel	<input type="checkbox"/> televisão	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> rádio	<input type="checkbox"/> fogão	<input type="checkbox"/> telefone fixo	<input type="checkbox"/> celular	<input type="checkbox"/> geladeira
<input type="checkbox"/> máquina de costura	<input type="checkbox"/> máquina de lavar roupa	<input type="checkbox"/> antena parabólica	<input type="checkbox"/>	
<input type="checkbox"/> computador	<input type="checkbox"/> impressora	<input type="checkbox"/> acesso à internet		

30. MÁQUINAS-EQUIPAMENTOS A PROPRIEDADE (colocar a quantidade no parêntese, 0 para nenhum item):

<input type="checkbox"/> adubadeira	<input type="checkbox"/> carroça	<input type="checkbox"/> equipamentos de irrigação	<input type="checkbox"/> arado
<input type="checkbox"/> grade	<input type="checkbox"/> trator	<input type="checkbox"/> roçadeira	<input type="checkbox"/> motosserra
<input type="checkbox"/> pulverizador	<input type="checkbox"/> Outro(s):	_____	

III - PRODUÇÃO ANUAL DA PROPRIEDADE (subsistência/comercialização, incluso artesanato)

31. Culturas/animais	Área/ quant.	Produção Anual	Custo	Renda Obtida	Consumo/Venda

IV - COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

32. Produtos do lote com maior aceitação no mercado: _____
33. Onde são comercializados? _____
34. Participa ou participou de Programa de Venda Pública do MDA ou da CONAB? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

() Programa Aquisição de Alimentos (PAA)	
34.1 Qual(is) produto(s)? _____	34.2 Ano(s) da participação: _____
35. Forma de escoamento da Produção? _____	
36. Beneficia algum produto no lote? () Sim () Não Qual(is)? _____	
37. Onde é armazenada a produção? _____	
38. O que é necessário para melhorar a produção do seu lote? _____ _____	

V - SISTEMA ORGÂNICO

39. O que entende por sistema orgânico de produção? <i>(se não entende, vá para a questão 44)</i> _____ _____	
40. Tem produção orgânica na propriedade? () Sim Quais _____ () Não	
40.1 Por que? _____ _____	
41. Tem interesse pela produção orgânica? () Sim () Não	
41.1 Por que? _____	
42. Em qual(ais) cultura(s) ou criações utiliza o sistema orgânico? _____ _____	
43. Existe incentivo para a produção orgânica no Assentamento? () Sim () Não Por quem/ como? _____ _____	

VI – CAPACITAÇÃO / ASSISTÊNCIA TÉCNICA

44. Participou de curso de capacitação nos últimos 12 meses? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Quantos? _____	
Instituição _____	Promotora: _____
45. Recebe assistência técnica? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <i>(se negativa, vá para a questão 50)</i>	
45.1 Qual Instituição? _____	
45.2 Classifique quanto à utilidade: <input type="checkbox"/> Ótima <input type="checkbox"/> Boa <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim	
46. Frequência: <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Anual <input type="checkbox"/> Não lembra	
47. De que forma é repassada: <input type="checkbox"/> Coletiva <input type="checkbox"/> Individual	
48. Destinada: <input type="checkbox"/> Homem <input type="checkbox"/> Mulher <input type="checkbox"/> Ambos	
49. Você executa as atividades conforme as informações repassadas: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Às vezes Justifique: _____ _____	
50. Cite alguns problemas que a assistência técnica deveria ajudar a resolver: _____ _____ _____	

VII – POLÍTICAS PÚBLICAS

51. Conhece os programas do governo voltados para a agricultura familiar? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <i>(se negativa, vá para a questão 55)</i>	
52. Participa ou participou de algum desses programas? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Quais? _____ _____	
53. Por que não participa destes programas?	
54. No(s) programa(s) que já participou ou participa existe acompanhamento por parte do governo?	

() Sim () Não

Como? _____

VIII - ASSOCIATIVISMO/ COOPERATIVISMO

55. Participa de Associação () Sim () Não *(se negativa, vá para a questão 56)*

55.1

Qual? _____

55.2 Quanto tempo? _____ 55.3 Exerce cargo/função? () Sim () Não

55.3.1 Qual? _____

56. Participa de Cooperativa () Sim () Não *(se negativa, vá para a questão 57)*

56.1 Qual? _____

56.2 Quanto tempo? _____ 56.3 Exerce cargo/função? () Sim () Não

56.3.1 Qual? _____

IX - RESPONSABILIDADE PELAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA PROPRIEDADE (X)

57. Responsável pelas atividades na propriedade:	Mulher	Homem	Menina	Menino
Cuidar da casa				
Jardim/horta/pomar				
Tratar os animais				
Cuidar da lavoura				
Vender os produtos				
Outros				

58 Utiliza mão de obra externa à família na propriedade? () Sim () Não

58.1 Quantas pessoas? _____ 58.2 Funções exercidas: _____

58.3 Despesa com esta mão de obra? R\$ _____ () anual ou () mensal

X – OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

59. Existe algum planejamento na propriedade sobre o que, quanto e como produzir?

60. Busca informações sobre a gestão da propriedade nos meios de comunicação? ()

Não

() Sim - Qual(is): () Rádio () Televisão () Jornal () Revista () Internet

() Outro(s)_____

61. Utiliza serviços de contador? () Sim () Não

Quais?_____

62. Você acha importante (ou sente falta) de algum tipo de apoio de profissional contabilista para realizar o controle financeiro da propriedade? () Sim () Não

63. Teria alguma sugestão de incentivo do governo nesse sentido? () Sim () Não

Qual?_____

64. Existe controle de despesas/receitas da propriedade? () Sim () Não

65. De que forma é feito esse controle?

66. Quais as principais dificuldades enfrentadas na propriedade?

67. Existe algum tipo de apoio para diminuir essas dificuldades?

() Sim, de quem?_____

() Não

68. Você está satisfeito com a sua vida no assentamento? () Sim () Não

68.1 Em que nível? () insatisfeito () pouco satisfeito () satisfeito () muito satisfeito

69. Você teria alguma sugestão ou crítica para a melhoria das condições de vida na propriedade/no assentamento?

RESPONSÁVEL PELA ENTREVISTA